

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e vinte.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Multiúso da Casa da Obra Dona Josefina da Fonseca em Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início a esta Sessão da Assembleia Municipal. Aqui estamos nós a retomar as Sessões presenciais em condições que não podemos considerar más mas diferentes daquilo a que estamos habituados, com menos proximidade. Faço votos que a acústica nos seja favorável.

Queria aproveitar este momento para me congratular por a pandemia, apesar de tudo, do ponto de vista da saúde das populações, não ter sido penalizadora para o nosso Concelho, e essa é a principal preocupação. Naturalmente, também para as áreas económicas não vale a pena dar voltas porque está a ter e terão certamente os seus problemas. Mas também vos digo que ainda recentemente até fiquei animada quando me apercebi que Oliveira do Hospital apareceu num programa de televisão de uma forma positiva, salientando no fundo as belezas e o potencial da nossa terra e lá por baixo por Lisboa várias pessoas dos meus conhecimentos me telefonaram considerando que eu me sentiria satisfeita por aparecermos por boas razões e não por más razões. É bom, é animador, e ainda bem que assim é!

Ditas estas primeiras palavras passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado António

Raul Dinis Costa, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pela Sra. Deputada Maria do Céu Mendes Castanheira.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Dr. André Duarte Pereira.

A Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Dr. Paulo Sérgio Dias Minas.

O Sr. Deputado Dr. Tiago Fernando Rolo Martins não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Tomás Manuel dos Santos Pedro.

A Sra. Deputada Dra. Ana Marta Mendes Garcia não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo também não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Deputado Eng.º Arménio Alberto Tavares da Silva.

A Sra. Deputada Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Luís Fernando Correia da Conceição Santos.

A Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, não está presente.

A Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Maria Emília Simões Gomes Moreira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.^a Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Aldeia das Dez, como apoio à aquisição de um trator, no montante de 9.425,28 € (nove mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e vinte e oito cêntimos).

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Travanca de Lagos, como apoio às obras de requalificação do Muro "Largo dos Tanques", sito no Zambujeiro, naquela freguesia, no montante de 5.420,00 € (cinco mil, quatrocentos e vinte euros).

IV - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação – artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Mercado Municipal - Isenção de Tarifas.

V - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Reabertura dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, Licenciados no Município - COVID-19 - Medidas de Apoio à Atividade Económica.

VI - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Apoios Sociais - Água e Saneamento - COVID-19.

VII - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril,

aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Proposta de Isenção de Tarifas - Feira.

VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na conjugação do art. 21º da lei nº 2/2004, de 15 de janeiro e o art. 13º da lei nº 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de Designação do Júri para o Procedimento para Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial.

IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Investimentos de Capital 2020.

X - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2019.

XI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2019.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Passávamos de seguida à aprovação das atas da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de novembro de dois mil e dezanove e da Sessão Ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezanove.

Há alguma objeção relativamente às atas? Não havendo passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e sete de novembro de dois mil e dezanove, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e dezanove, foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Passamos de imediato às inscrições para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje tenho cinco ou seis pontos para referenciar: O primeiro, como não podia deixar de ser, é para fazer um agradecimento especial ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e à Câmara Municipal pelo facto de a Vila de Avô, no passado domingo, dia vinte e um de junho, ter sido motivo do programa Somos Portugal, e mais concretamente o ex-líbris da Vila que é a Praia Fluvial da Ilha do Picoto, que ficou bem no programa.

Também queria agradecer à Câmara Municipal, e principalmente como profissional de saúde, o apoio que o Município tem dado no combate desta pandemia de Sars-Cov2/Covid-19, quer ao Centro de Saúde, quer às Extensões de Saúde, com a colocação de acrílicos para proteção dos profissionais de saúde, os Assistentes Técnicos e Médicos, e também ao nível de equipamentos para Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos para podermos prestar um melhor cuidado aos nossos utentes.

Agradecer também a colocação de um toldo na entrada do Centro de Saúde porque passámos para uma fase de inverno e de chuva e porque foi vedada a entrada das pessoas e, por isso, elas ficam no exterior. Agradecer também a colocação de um barracão para podermos mudar de roupa.

Deixar também um agradecimento ao Coordenador da Proteção Civil, Eng.º José Carlos Marques, pelo trabalho desenvolvido neste mês ao nível da limpeza dos arruamentos e no parque de estacionamento dos Camiões TIR em Avô.

Queria dar-vos duas notas: Esta semana entrou em funcionamento uma unidade turística num espaço rural em Avô. Quero dar os parabéns ao empreendedor, Sr. Manuel Pimentel. Esta unidade turística abriu com seis

quartos e doze camas e tem projetos para alongar e espero que tenha sucesso e que seja feliz nesta nova dinâmica.

Na Assembleia de fevereiro tinha falado na questão da fibra ótica que estava programada para março. A fibra ótica chegou este mês e penso que a partir do final do mês iremos ter em concreto a fibra ótica.

Por fim deixar aqui uma lembrança ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, já falei nisso no ano passado, em relação ao lixo de 2017 e 2018. Estamos a chegar ao final de junho, estamos a meio do ano de 2020, e também está em dívida o lixo de 2019. Nós somos uma freguesia que fazemos a recolha do lixo e é só para deixar essa lembrança.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Folgo em ver-vos aqui todos com saúde. Estamos num contexto diferente e felizmente que nos voltámos a reunir presencialmente porque é completamente diferente de nos reunirmos por videoconferência.

Quero aqui, hoje, descrever duas ou três situações: A primeira delas é para agradecer ao Município de Oliveira do Hospital pelo facto de neste contexto de pandemia terem iniciado as obras de requalificação do adro da Igreja Moçárabe de Lourosa. É uma obra que começou a ser projetada aquando da cerimónia dos mil e cem anos da Igreja Moçárabe e que no passado mês de maio teve o seu início. Foi um projeto desenvolvido pelo Município de Oliveira do Hospital, depois teve vários crivos, e teve algumas alterações ao projeto inicial, também fruto de ter sido crivado pela Direção Regional de Cultura do Centro. Aliás, o que está a ser feito é efetivamente com a anuência e contributo da Direção Regional de Cultura do Centro.

Eu aqui queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara para, numa sinergia de esforços, tentar articular com a Direção Regional de Cultura do Centro para ver se havia a possibilidade de fazer uma pequena alteração ao projeto que está a ser executado no sentido de perpetuar ali algumas sepulturas que o projeto contempla que fiquem tapadas com uma silhueta em granito.

Pretendemos que algumas sepulturas fiquem visíveis para que as pessoas que queiram visitar Lourosa, nomeadamente escolas as possam efetivamente ver *in loco*. É preciso sensibilizar a Direção Regional de Cultura do Centro porque por vezes eles estão lá nos gabinetes em Coimbra e escolhem-se soluções técnicas por forma a preservar o património mas depois também é um choque

para a população. Se imperar o bom senso consegue-se uma solução de compromisso entre as partes para que possamos visualizar por mais alguns anos aquilo que ali está.

Depois referir duas situações que temos em Lourosa, nomeadamente na Rua do Cimo da Vila e na Rua da Quinta do Porto, que também são situações que preocupam o Executivo da Junta de Freguesia e a população em geral e que gostaríamos que efetivamente pudessem vir a ter solução.

Um bem-haja a todos e que continuemos aqui ligeiramente desconfinados mas com um sentido de responsabilidade porque efetivamente isto ainda não acabou.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje o que aqui me traz, e muitas coisas me apeteciam dizer mas, certamente, durante a Assembleia elas irão ser discutidas. Não posso deixar de dizer o seguinte: Na altura em que se fala das missas, eu costumo utilizar um termo que aqui me reservo de o fazer, é uma coisa muito suja o que se está neste momento a utilizar para com um homem que tem dado tanto de si ao Concelho e à região. Estamos a entrar naquela fase que se critica e tudo serve de ataque à dignidade política e pessoal de um líder que nos tem acompanhado, como eu já não tinha memória de uma situação destas.

Vou começar por agradecer o facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal se mostrar disponível para apresentar ao Executivo o apoio à substituição de uma peça granítica de arte sacra que muito valorizava a nossa aldeia do Goulinho e a nossa Freguesia que foi roubada recentemente.

Certamente que não é um jogo político e não é uma manobra política porque infelizmente no Goulinho vive uma população demasiado idosa e votantes devem ser cerca de dezoito.

Portanto, como veem não é política. É solidariedade para com os mais desfavorecidos e solidariedade para com as pessoas que precisam de apoio. Até o apoio espiritual que às vezes se traduz numa peça religiosa. Como eu vos disse, isto não é populismo. Eu quase diria que isto é uma fraca oposição que tem como pedra de arremesso uma entidade que os ajudou durante anos a governar o nosso Concelho.

Neste momento, utilizarem a igreja católica como pedra de arremesso contra o Presidente da Câmara Municipal, acho que é um bocado indigno não só

para os católicos. Sou católico não praticante e certamente que ninguém me comprará por me dar seja aquilo que for.

Acrescentaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal cilindrou a oposição nos seus três últimos mandatos. É inequívoco!

Agora, desolados e sem argumentos, utilizam alguns meios de Comunicação Social para atacar com artigos de opinião não assinados quase tudo o que mexe em Oliveira do Hospital depois de estarem adormecidos durante vários anos. Sem dúvida que é incomodativo. Tanta coisa que mudou, tantas coisas que foram levadas a efeito, que foram melhoradas e é normal que as pessoas se sintam um bocado incomodadas.

Na parte que me toca porque isto também abrangia as Juntas quero dizer o seguinte: Aventais não tenho, tenho só aquele que a minha mulher às vezes me obriga a colocar para limpar a louça, de resto, aventais não tenho. Tenho trabalho, tenho dedicação, tenho amor à minha freguesia e defenderei com unhas e dentes todos os fregueses que lá habitam. É isso que me move.

Sr. Presidente da Câmara Municipal desculpe ter-me alongado e, se calhar, entrei em campos que não seriam da minha lavra, mas quem não se sente não é filho de boa gente.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, muito obrigado pelo seu trabalho e mantenha-se atento porque realmente isto vai aquecer mas cá estaremos para o acompanhar ou a quem o vier a substituir.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer à Câmara Municipal e à sua equipa pelo trabalho que têm feito na proteção da população durante esta pandemia de Covid-19. Acho que é importante para o Concelho e é importante para todos nós.

Também quero aqui agradecer à Câmara Municipal e à sua equipa técnica pela sétima Bandeira Azul e segunda Bandeira de Ouro atribuídas à Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas e também pela segunda Bandeira Azul atribuída à Praia Fluvial de Avô.

Aqui, terei que lembrar que não são só as bandeiras que são importantes porque temos algumas infraestruturas que também temos que melhorar.

Com esta pandemia acho que temos condições para que o turismo no interior aumente e acho que era importante melhorar as infraestruturas da Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Paulo Sérgio Dias Minas que fez a seguinte intervenção:

“Esta Câmara Municipal, através da deliberação da atribuição de subsídios de carácter extraordinário, concedeu nos anos de 2018 e de 2019, respetivamente, setecentos e quarenta mil euros e quinhentos e trinta e cinco mil euros a pessoas coletivas de direito privado. O que, em apenas dois anos, representa um valor global de aproximadamente um milhão, duzentos e setenta e cinco mil euros.

Nestes apoios extraordinários não estão incluídas transferências para Juntas de Freguesia, creches e escolas primárias ou quotas de participação em redes de cooperação intermunicipal. Não estão incluídos subsídios ordinários para o desporto federado, desporto de formação ou grupos culturais, nem mesmo apoios sociais a pessoas individuais ou que estivessem relacionados com o incêndio de 2017.

O que sumariamente encontramos aqui, nestes quase um milhão e trezentos mil euros em apenas dois anos, são apoios de carácter extraordinário atribuídos a associações, clubes, paróquias ou IPSS, com finalidades bastante diversas. Seja para obras de melhoramentos, aquisição de equipamentos ou viaturas e despesas de funcionamento, seja para passeios, deslocações, cumprimento de planos de atividades, jantares, cortejos de carnaval, restauros de estandartes religiosos ou até comemorações de aniversários de equipas do Centro de Preparação para o Matrimónio, seja lá isso o que for.

Não me interpretem mal. Eu não quero que se deixe de apoiar financeiramente associações, coletividades ou IPSS. Mas aqui os pontos-chave a reter são apenas: Transparência, critérios e otimização de recursos.

Esta política assumidamente subsidiária e redistributiva tem levado a uma série de condicionalismos quer para o Município quer para as entidades que são beneficiárias, ou não, destes apoios. E pergunto:

Estará o Executivo ciente destes números que aqui apresento?

Será este o melhor incentivo para associações e IPSS se tornarem mais sustentáveis financeiramente sem estarem periodicamente à espera do subsídio da Câmara, descuidando até boas práticas de planeamento e de gestão?

Será nítida e clara a fronteira que existe entre a atribuição destes subsídios e a independência do poder político?

Não será esta uma estratégia dissuasora do mérito, premiando-se frequentemente quem tem melhores contactos ao invés de entidades que possam

ter projetos relevantes para o Concelho mas que, por vezes, nem têm oportunidade de ser ouvidas?

Que canais de acesso formais dispõem estas entidades para serem ouvidas e formalizarem os seus pedidos que não sejam a fila de espera à quarta-feira de manhã para ir ao gabinete do Sr. Presidente, o piscar de olho ao Sr. Vereador ou os *emails* e ofícios sem resposta ou, não raras as vezes, com resposta tardia e após grande insistência?

Sr. Presidente, a bem da transparência, e a transparência aqui não é e não pode ser só picar aqueles pontos exigidos no Índice de Transparência Municipal, nós propomos que sejam criadas as dotações próprias e programas devidamente regulamentados que permitam candidaturas anuais destas entidades a apoios concedidos pelo Município com base em princípios de igualdade e proporcionalidade. Tudo isto obedecendo a critérios objetivos, tendo em conta a especificidade de cada área de intervenção. Obedecendo também a uma apresentação cuidada dos projetos, incluindo orçamentos e memórias descritivas. Obedecendo a uma avaliação independente, criando, se for o caso, uma comissão que faça a apreciação dos pedidos de apoio, ou obedecendo até a uma monitorização de resultados a posteriori, no final da aplicação destes recursos. E isto não é novo. Já vários Municípios pelo País fora o fazem, e não vejo motivo para que em Oliveira do Hospital não se siga também este exemplo.

E atenção porque o programa do PS em 2017 já incluía este ponto: Rever o processo de atribuição de subsídios às atividades associativas vinculado por objetivos e respetivo protocolo. O que não deixa de ser curioso!

Muitas vezes esquecemo-nos que este dinheiro é nosso, é dinheiro do contribuinte, e só por isso deve ser escrutinado até ao limite. Esta prática do atual Executivo e de Executivos anteriores e anteriores e anteriores deve ter um termo. E se não for já neste mandato, que o próximo Presidente da Câmara tenha coragem e condições para o fazer.

Numa das últimas Sessões da Assembleia foi aqui dito que esta bancada, da qual faço parte, não apresentava propostas. Ora, perante a identificação de um problema que não pode ser ignorado por ninguém, aqui têm a nossa visão e até total disponibilidade para colaborar e contribuir para uma gestão mais imparcial e menos arbitrária, mais eficiente e menos redistributiva, mais meritocrática e menos displicente.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Em julho de 2019 aposentou-se o médico titular da Extensão de Saúde de Seixo da Beira, passando a mesma a funcionar duas vezes por semana, às terças e quintas-feiras, no período da manhã com a deslocação de clínicos do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Com a situação pandémica a evoluir houve a necessidade de se concentrarem todos os serviços de saúde, enfermagem incluída, no Centro de Saúde e desde essa altura, que a Junta de Freguesia presta auxílio aos utentes no envio e receção de receituário.

Entretanto as Extensões começaram a reabrir e a do Seixo mantém-se encerrada. Fomos confrontados com a necessidade de ter alguém com formação na desinfeção dos espaços e disponibilizámos a nossa Assistente Operacional, um Contrato de Emprego e Inserção, que realizou a respetiva formação com a equipa do Centro de Saúde, convictos de que tínhamos condições para retomar o funcionamento, ainda que nos moldes anteriores ao início da pandemia, o que não se veio a verificar.

Sabemos que houve concurso para a colocação de um médico e que a vaga foi preenchida. Sabemos que a médica colocada se encontrava em licença de maternidade e que após o seu término terá colocado uma baixa médica para assistência a familiares.

Debatemo-nos constantemente com reclamações e reivindicações plausíveis por parte da nossa comunidade, uma comunidade extensa, extremamente envelhecida, económica e socialmente carente.

Preocupa-nos que a médica colocada não se venha a apresentar mantendo a vaga ocupada e impossibilitando a sua substituição. Preocupa-nos que nem os Serviços de Enfermagem, nem os Serviços Administrativos tenham sido repostos. Assim, solicitámos uma reunião à Sra. Coordenadora do Centro de Saúde e até à data não obtivemos qualquer resposta.

Não sendo a solução ideal apelamos a que, até uma definição concreta desta situação, possamos ter a extensão de saúde a funcionar nos termos anteriores à pandemia solicitando, ainda que não tendo competências diretas neste campo, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal ajudando a que a nossa população possa ter os cuidados de saúde básicos que lhe estão consignados.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta maneira nova que vivemos há muitas coisas que estão a modificar e algumas para melhor. O modo de estar e sentir entre nós está a mudar para um sentir diferente e para uma ligação e, dentro das adversidades que temos vivido, penso que é positivo.

Neste Período de Antes da Ordem do Dia gostava de dar aqui uma nota extremamente positiva à Câmara Municipal, ao seu Presidente, e ao Executivo em permanência pelo modo que têm encarado esta adversidade que nos tocou à porta e que veio não sabemos bem de onde mas à qual respondemos no primeiro minuto. Temos apoiado as famílias, os empresários, e todos aqueles que carecem. Temos apoiado de duas maneiras. Temos apoiado proximamente e socialmente, através também dos quites de proteção e através também de uma parte que é extremamente importante para algumas famílias que é a parte monetária. Não esqueçamos que até este momento já há um apoio monetário na ordem dos trezentos mil euros em Oliveira do Hospital fruto do que se está a passar no que se refere ao Covid-19.

De referir também que os nossos empresários têm respondido positivamente. A Câmara Municipal tem dado uma palavra muito próxima e extremamente grande de apoio envolvendo-se profundamente também com os empresários porque estão em causa muitos postos de trabalho e está em causa também a nossa vivência comum e a nossa vida aqui no Concelho de Oliveira do Hospital.

Gostaria também de realçar que na vida eu sempre me compactuei por isto: Se eu tenho alguma coisa para dizer a alguém, eu digo-o de viva voz, cara a cara, frente a frente e não me escondo atrás de um biombo, de uma parede, ou seja do que for.

Meus amigos, acho que não é aceitável nem admissível o que está a acontecer neste momento. Anonimamente são feitos ataques sombrios e vis na pessoa do Sr. Presidente que há vários anos tem transformado este Concelho. Penso que algumas pessoas ainda estão a viver há dez anos ou até mais.

A Câmara Municipal é uma casa de porta aberta, recebe quem lá vai, quem quer e quem necessita, quem quer desabafar, quem quer falar, quem precisa, quem gosta de ser ouvido, quem sente. Isto não é merecido o que se está a passar hoje. Eu percebo que há escolhas de momentos de mudança e de alteração e há a sensação que algo vai mudar ou que vai alterar e, então, ataca-se vilmente e ataca-se de uma maneira ignóbil.

Dêem a cara, por favor. Mostrem-se. Isto não é aceitável!

Quem o faz esquece o passado e esquece a história porque esquece o que fez e o que contribuiu e onde esteve. Isso é que não é aceitável. E, depois é assim, faziam-no e depois cobravam-no porque davam com a mão e tiravam ou pediam com a outra. Isto não é aceitável, meus amigos.

Espero que todos, especialmente aqueles que têm atitudes destas tenham um ato de consciência, que tenham um ato de contrição e sejam católicos, sejam humanos, sejam racionais e mudem o comportamento e reconheçam que esta Câmara Municipal é igualitária, tem feito tudo por todos, tem feito uma distribuição equitativa, clara, é um espelho, é como a água cristalina que vem ali da Serra da Estrela.

Alguns de vocês, que eventualmente até são mais jovens, podem dizer que não era bem assim! Mas eu digo-vos que era assim mesmo. Alguns, se calhar, esqueceram mas a história tem que se aclarar, tem que se escrever e tem que ser conhecida. Meus amigos, eu não quero esse tempo!

O tempo que vivemos, hoje, é um tempo de clareza e espero que isso continue e que acabem estes ataques vis. Façam um ato de contrição e coloquem-se no devido lugar e pensem no que estão a fazer porque isto não é correto!

Gostaria de realçar também o programa da TVI do passado fim de semana que foi visto por imensa gente, milhões de pessoas. Oliveira do Hospital continua no mapa com mais força, com mais capacidade. Há imensas pessoas a falarem disto, como disse a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce Pássaro, e também falaram comigo e dá gosto. Eu sinto orgulho de ser de Oliveira do Hospital, de ser Oliveirense, de estar cá, de ter uma Câmara como tenho e ter um Presidente como temos hoje.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Como temos andado afastados uns dos outros o que me faz trazer hoje aqui é o seguinte: Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se já tem uma data prevista para a construção daquela derrocada na estrada da Barroca-Parceiro. Há uns meses atrás, e já lá vão uns meses longos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal ligou-me para ir falar com o proprietário do terreno oposto. Eu fui falar com esse Senhor, deixei lá o contacto. A partir daí não se soube de mais nada.

Como sabe, há vários meses que essa estrada está interdita a carros pesados.

Depois dessa situação e ainda em pleno inverno houve mais duas derrocadas na minha Freguesia de São Gião. Uma mais concretamente à saída de São Gião na estrada que vai para o Rio de Mel e outra na Quinta do Soito Concelho que dá acesso também à Carvalha. Nesta última derrocada está interrompido o acesso aos proprietários dos terrenos e a quem precisar de ir por aquela via para a Carvalha.

Na altura foi reportado à Câmara Municipal e os serviços foram ao destino. Fizeram o seu levantamento e disseram que iam fazer uma candidatura àquele Fundo de Emergência. Já contactei alguém da Câmara Municipal para ver se tinha saído algum apoio para essas obras e ninguém soube responder, se o Sr. Presidente da Câmara Municipal souber é bom.

Agora, uma coisa também é certa, com apoio, ou sem apoio, nós temos que resolver aquela situação, Sr. Presidente. Por isso, agradecia que dentro do que for possível e souber me dê alguma informação. Obrigado.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“O CDS-PP, como se viu pela intervenção do meu colega e se verá pela minha, não vem aqui pela política baixa, vem pela construção positiva e, de resto, foi por isso, e é factual, foi a única força política que cresceu visivelmente tanto em número de mandatos como em número de votos nas eleições autárquicas de dois mil e dezassete. Tudo o que for concernente a subsídios e a rumores mais promíscuos deixamos para a liberdade de imprensa e para juízos de valor da população Oliveirense que bem os saberá ajuizar.

O que me traz aqui são os desígnios do nosso Concelho. Saiu a alguns dias atrás um estudo demográfico nacional onde 82 % dos concelhos perderam população.

Pois bem, Oliveira do Hospital perdeu, desde 2011, 7,1 % da população. Quer isto dizer que perdeu mil trezentas e trinta pessoas. Para fazer um paralelismo é como que uma freguesia da dimensão de Lagares da Beira ficasse sem qualquer tipo de habitante.

Oliveira do Hospital encontra-se no segundo lote de concelhos que mais população perdeu entre os 5 % ou 10 %. Intensificação que, de resto, se veio a demonstrar com ainda maior perfusão nos últimos seis anos onde houve uma

perca de 4,2 %, sendo mesmo o terceiro concelho do Distrito que mais poluição perdeu nos últimos seis anos.

Bem sabemos dos constrangimentos nacionais. Bem sabemos dos problemas de natalidade no nosso País e das assimetrias do interior. Contudo, para a oposição e para o CDS-PP, não serão também de surpreender estes números porque o Sr. Presidente, numa Assembleia Municipal quando o CDS-PP veio mais uma vez defender os jovens deste Concelho apelando a um voto de recomendação para o alargamento do horário da Biblioteca, disse que os jovens querem é beber copos, não querem estudar.

Pois bem, eu gostava de perguntar ao Executivo qual é a estratégia de futuro que têm para fixação de pessoas em Oliveira do Hospital?

Qual a dimensão do investimento privado na última década que foi captado pelo Executivo?

Quantos empregos de mão-de-obra qualificada este Executivo conseguiu captar?

Este Executivo, e muito bem, apela e vai fazer a construção de um novo Campo Educativo, o que nós aplaudimos. No entanto, a taxa de fixação dos jovens formados na nossa Escola Superior do Concelho será até inferior a 10 %. Ou seja, nem um décimo dos jovens que cá estudam aqui fica. Qual o escopo da rede protocolar entre a Câmara Municipal e a ESTGOH?

Como é que cursos como Gestão de Bioindústrias, Planeamento do Território, Gestão ou Contabilidade não conseguem ter quadros fixados no nosso Concelho?

E deixo, de resto, aqui uma dica, como já é nosso apanágio em todas as nossas intervenções, daquilo que deve ser ou pode ser o rumo do nosso Concelho. Tem sido uma bandeira do CDS-PP o setor primário, as florestas, e é sabido a oportunidade que um ordenamento do território sério nos poderia dar a nível económico, social e até turístico.

Temos um setor primário envelhecido a nível nacional. Porque não, sendo este, como parece todos os Deputados conhecerão, o maior património do Município, apostar em agricultura biológica, como vemos em outros Concelhos da Beira Baixa a fazer?

Porque não conseguir captar jovens para este sector? Porque não fazê-lo quando temos cursos, como disse e repito, de gestão bioindústrias, ordenamento do território, aqui no nosso Concelho em Freguesias cada vez mais desertificadas como é o caso de São Gião onde, por exemplo, ali o nosso Presidente da Junta veio falar de derrocadas nos caminhos.

Pois bem, é natural Sr. Presidente poucas pessoas lá passam e porque será? E bem nós sabemos que somos de lá a população que nós perdemos nos últimos dez anos.

Qual é que é o colégio eleitoral de uma Freguesia como São Gião ou outras do Vale do Alva há dez anos e qual é que é hoje? Isso, meus amigos, eu deixo aqui para vossa reflexão mas sobretudo deixo ao Executivo para responder a estas perguntas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, e um pouco no seguimento daquilo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa veio aqui dizer, gostaria também de acrescentar que congratulo-me com a preocupação em requalificar aquela zona nobre junto da Igreja Moçárabe de Lourosa.

Porém, sou também de acordo que apesar da solução encontrada para preservar as sepulturas antropomórficas poderíamos, se calhar, ir um bocadinho mais além e preservá-las para que os turistas as conseguissem ver.

Quero também com isto recordar aquilo que foi feito às sepulturas antropomórficas na Bobadela, aquando do mandato do Mário Alves: Foi-lhes posto betão em cima e, por isso, estão perdidas para sempre.

Nesta intervenção que vai ser feita elas vão ser preservadas, há apenas o senão de não poderem ser vistas e aproveitadas.

Caro Deputado Sérgio Minas, os meus parabéns pela tua intervenção. Concordo que a criação de uma plataforma de pedidos de auxílios financeiros para as Juntas de Freguesia, IPSS e outras instituições, com vista a aumentar a eficácia e transparência do processo, é uma coisa positiva. Contudo, julgo que a tua preocupação com a meritocracia é justa mas desadequada.

Compete ao Município e, por vezes, a esta Assembleia avaliar cada subsídio individualmente e não de um modo “chapa três”. Simplesmente porque as dimensões, atuação, objetivos e condições das várias instituições do Concelho são a priori incomparáveis.

Subscrevo a tua proposta mas a justiça dos atuais subsídios e apoios está para além de qualquer dúvida.

Caro Deputado Nuno Rafael, também dizer-te que a tua preocupação é legítima e falas provavelmente do maior desafio do nosso Concelho. É aliás um desafio que poucos concelhos estão a conseguir combater adequadamente e alguns para o fazer estão-se a endividar excessivamente.

Em Oliveira do Hospital há uma grande dificuldade de trabalharem no setor primário ou em qualquer desse setor produtivo dadas as nossas condições logísticas. Estamos longe de tudo, temos custos acrescidos, mas há de facto uma opção, há de facto uma possibilidade que eu penso que está a começar a ser trabalhada e que o PS está atento a ela que é converter esta economia numa economia de serviços altamente especializada acompanhando a digitalização do mundo.

Disse Joseph Goebbels: *“uma mentira contada mil vezes, torna-se uma verdade”*.

E a recente polémica do subsídio para os padres é mais do mesmo. Uma coisa é auxiliar vinte e uma paróquias, outra coisa seria dar dinheiro a padres. E se, por acaso, este subsídio fosse usado para compor os salários dos padres merecia a minha condenação expressa. Quando o subsídio auxilia o funcionamento mínimo de uma instituição relevante para o Concelho, então merece o meu claro louvor.

É verdade que Igreja Católica Apostólica Romana é repetidamente subsidiada pela causa pública, aqui e em todo o País. Não somos diferentes e isto não é novidade para nenhum dos presentes.

Se me perguntam se acho bem? Francamente, claro que não acho. A religião é o ópio do povo. Mas isso também o é o futebol e nem um, nem outro, deviam ser desígnios nacionais. Mas isto é só a minha opinião e este é o País que temos. É nosso dever respeitar e tolerar.

Agora importa perguntar o essencial: Se a maioria da nossa comunidade recorre à Igreja Católica Apostólica Romana, é porque esta presta um serviço relevante. Nem que seja de uma forma pontual nos batizados, casamentos ou funerais.

Mesmo eu casei-me pela igreja por respeito à tradição. E paguei pelo serviço que me prestaram porque não há almoços grátis.

Este grupo religioso tem um impacto substancial no nosso Concelho e na nossa cultura. Grande parte do património artístico nacional é religioso e muitas vezes é propriedade da Santa Igreja. Este património é parte de nós e merece um esforço público comum para o salvaguardar, assim como demais infraestruturas, nomeadamente as Capelas Mortuárias.

Mas é preciso entender uma coisa. Não é por causa do Covid que as nossas paróquias, e as nossas capelas, e as nossas esculturas, e os nossos altares, e os nossos quadros, precisam de auxílio financeiro, é porque a Diocese não as financia e porque o Vaticano se está a marimbar para eles.

E nós, homens públicos, cada um com os seus ideais e convicções, todos desejamos o melhor para este Concelho. E todos concordamos que o melhor para este Concelho não passa por desprezar o nosso património e infraestruturas religiosas.

Esta realidade é transversal à nação, aos partidos e aos municípios, quem disser o contrário ou é hipócrita ou é ignorante. Neste País não há igrejas a serem demolidas. Há comunidades empenhadas em preservar o que têm de valor.

Hoje há quem critique por oportunismo político, apesar de representar forças partidárias que andam sempre de mãos dadas com a Santa Igreja.

Já eu sou de um PS que tem orgulho na nação, que é laico, republicano e socialista. Os desígnios que merecem ser defendidos são a justiça, a igualdade e a fraternidade, nunca a religião.

Quero acreditar que o Sr. Presidente tenha acautelado o interesse comum ao subsidiar a atividade da Santa Igreja. E reconheço que a Comunicação Social não fez mais do que mostrar a sua clara incompetência.

Conseguiram falhar no número de padres do Concelho, conseguiram falhar no destino do subsídio e o jornal expresso conseguiu até errar no nome do Sr. Presidente da Câmara achando que o Sr. Presidente se chamava António Loureiro.

A maioria das notícias acerca deste não assunto, têm um aspeto de encomendas mal pagas e mal-amanhadas por jornalistas de segunda.

Se os moldes simples em que este subsídio foi atribuído dão espaço de manobra a questões mal-intencionadas, permitam-me esclarecer o seguinte: Nós temos o dever de preservar o nosso património e funcionamento das infraestruturas do nosso Concelho, já os demais problemas de funcionamento da Igreja Católica Apostólica Romana associados ao culto merecem o nosso desinteresse.

Por isso, Sr. Presidente, para que não restem dúvidas, prezo a sua confiança de que as Fábricas da Igreja saberão muito bem dividir o dinheiro e onde o gastar. Mas acredito que foram tomadas as devidas providências e o protocolo que vai realizar não deixará espaço para dúvidas.

O PS é o primeiro a afirmar que as paróquias não são Juntas de Freguesia. Este dinheiro pertence ao esforço dos contribuintes e não compete à Santa Igreja geri-lo. Dizem os textos sagrados em Mateus 22:21: “*a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus*”.

A palavra da salvação.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, aproveitando a boleia do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô, muito se tem falado sobre a fibra ótica na nossa região, eu estava presente e na realidade disseram que a fibra ótica estaria em Avô em março e em Alvôco das Várzeas em junho.

Ora, como eu não vi ainda nenhuma obra em Alvôco das Várzeas gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se a colocação da fibra ótica será rápida? Sabendo que temos a candidatura no âmbito das Aldeias de Montanha e queremos ser a primeira Freguesia a ter a sala pronta eles também têm um bocadinho de exigência na questão das tecnologias serem fiáveis.

Também queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal como é que está a situação da Rota das Levadas? Penso que há uma Candidatura Intermunicipal nesse âmbito e também gostaríamos de saber qual é o ponto da situação.

O Sr. Presidente teve conhecimento que houve um pequeno problema na ETAR de Alvôco. Esteve no local o Eng.º Rui Pina e prometeram-nos que iriam resolver aquele problema e, por isso, queremos saber se estão com intenção de resolver aquele problema.

Também fazer aqui uma pequena observação relacionada com a Proteção Civil: Há uma árvore na fonte das barrocas que o incêndio queimou e está seca metade e as pernas que estavam secas estão a começar de cair para a estrada. Têm caído as pequenas, as maiores como têm mais resistência ainda se mantêm mas, se passar algum carro, se passar alguém, pode ser perigoso. Eu não sei se é com as Estradas de Portugal, se é com a Proteção Civil, mas agradecia que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, se for possível, para ver a situação e tentar resolver este problema.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Algumas notas rápidas: Em primeiro lugar quero lamentar todas as vítimas diretas e indiretas que foram afetadas com Covid-19.

Agradecer, mais uma vez, a todos aqueles que estão e estiveram na linha da frente ao combate à pandemia e louvar o comportamento de todos os Oliveirenses que, de uma forma geral, tem sido exemplar.

Registamos também a atribuição das Bandeiras Azuis nas nossas Praias Fluviais como um ponto positivo e que saudamos.

Saudar também a ampliação e modernização da Zona Industrial na nossa cidade. É uma boa notícia para o Concelho. Mas, não basta termos terrenos na Zona Industrial, se depois não temos empresas para lá instalarmos e, por isso, defendemos que o Executivo deve ter uma maior atenção para a captação e atração de investimentos com medidas concretas no apoio às empresas para que se possam vir cá instalar.

Esta crise vai levar certamente a uma mudança de paradigma nas empresas que pode ser perfeitamente aproveitado pelos concelhos de baixa densidade, assim o saibamos aproveitar.

Por falar em empresas observamos também que tem sido feito pouquinho, no nosso entender, no apoio a estas empresas e em particular neste período delicado pelo qual todos estamos a atravessar.

Achamos que o Executivo deve fazer tudo o que está ao seu alcance para preservar empresas e conseqüentemente empregos na nossa região e não é com ideias como taxar empresas e empresários que lá vamos.

Assim, como forma de mitigar o impacto da Covid nas empresas e na economia local, vimos aqui defender que a autarquia deve prescindir de potenciais receitas de pelo menos o mesmo montante ao que seria gasto em festas este ano. Propomos para tal a criação de um Fundo Municipal de Apoio ao Investimento e ao Desenvolvimento Económico dirigido às Microempresas, PME e Associações da Cidade, através da concessão de benefícios fiscais e acesso a capital ou reforço de liquidez para que os seus negócios e postos de trabalho se mantenham durante e após esta crise.

Para além das medidas que aqui vamos votar hoje, e que desde já saudamos, achamos que o Executivo deve ir um pouco mais além, nomeadamente prever desde já a isenção e redução da derrama a lançar para os anos 2021 e 2022. Isentar ainda o pagamento de taxas municipais para a emissão de licença da exploração de circuitos turísticos, empreendimentos turísticos, de comércio de bens, de prestação de serviços e para os transportes públicos de aluguer em veículos automóveis.

E sobre estas propostas perguntamos, Sr. Presidente, se está disponível para nos acompanhar?

O emprego foi, e é, uma das nossas preocupações tanto mais que os números recentes mostram-nos que houve um aumento no nosso Concelho como aliás em todo o País.

No passado apresentámos aqui algumas medidas com este propósito, nomeadamente em 2017 quando propusemos o lançamento do Projeto Academia da Programação, que consiste em formações na área do digital. E é bom ouvirmos agora Deputados do PS a falar em digital, passados tantos anos que aqui temos vindo a defender e a bater nesta tecla. A área do digital tem uma taxa de empregabilidade pós-curso de 100 %. No fundo esta visa proporcionar a qualificação de recursos humanos desempregados ou outras pessoas do Concelho que queiram aprender uma nova profissão para que possam adaptar-se às necessidades das empresas de futuro e atuais, levando assim à fixação dessas mesmas pessoas na região. Como sabemos o digital é futuro e seria de bom agrado que víamos a implementação desta proposta.

Gostaríamos também de saber qual o ponto de situação do concurso para a exploração do Café Central. Estamos no verão e é uma pena aquele espaço estar fechado. Tanto quanto nos foi dado a saber, pelo menos, há um interessado a ficar com aquele espaço.

Dito isto, e tendo em conta que celebrámos recentemente o Dia Mundial do Ambiente, e aqui também foi registado pelo Executivo, gostaríamos também de perguntar ao Executivo como é que está o processo da plantação e doação de árvores que foram prometidas em 2018 no valor de um milhão de euros. Gostaríamos de saber se este dinheiro já foi investido e em que zonas do Concelho?

Para finalizar permitam-me um último à parte que está relacionado com esta temática do ambiente para dizer que o Executivo esteve mal. Esteve mal ao distribuição rebuçados e balões aos alunos do pré-escolar e os quais são tudo menos amigos do ambiente e da saúde. Portanto, foi um mau exemplo que registamos e que era bom que não se voltasse a repetir.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero enaltecer a forma como o Executivo tem gerido a pandemia de Covid-19.

Depois trago aqui dois assuntos que me preocupam bastante e desculpem por estar sempre a insistir neles mas são coisas que eu gostava de ver resolvidas. Andaram acerca de meio ano a fazer a prospeção dos terrenos para a colocação da Estação Elevatória em Meruge. Vinha perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal como é que está essa situação, se é para avançar, e quando é que prevê avançar?

Temos outra coisa que nos preocupa bastante mas, para podermos ser mais exigentes, também não podemos ser uns agentes poluidores e refiro-me à questão do Rio Cobral. O Rio Cobral está-me a preocupar bastante porque sei que a produção das fábricas de queijo foi aumentada, foi feita a introdução de mais uma linha de fabricação de queijo com leite de vaca. Esporadicamente derramavam para o leito do rio e agora estamos a ver que é constante. Aliás, no verão e nos dias de mais calor não se pode passar junto ao rio devido ao mau cheiro. Portanto, temos que começar a tomar medidas porque esta situação não pode continuar a acontecer.

Depois, foi aqui falado também nos apoios às Associações. Eu só queria lembrar o seguinte, e eu sei porque vivo isso um pouco de perto. Esta pandemia veio criar mais dificuldades. O Associativismo já não estava muito bom, já estava com algumas dificuldades e esta pandemia veio criar situações muito mais graves. As Associações fecharam e ficaram sem atividade e os impostos estão certos. Têm que pagar na mesma ao Contabilista, têm que pagar o IMI. Vi a dificuldade que foi para pagarem a primeira prestação do IMI.

Portanto acho que o Executivo poderá pensar numa forma de ajudar as Associações nomeadamente com a redução ou devolução do IMI. É uma maneira de ajudar. Vejam qual é a melhor solução.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho alguns assuntos que gostaria de trazer hoje a esta Assembleia Municipal. Iria começar pela forma como o Município tem gerido o combate à pandemia de Covid-19.

Gostaria de deixar aqui publicamente um agradecimento ao Município por todo o material de prevenção e desinfeção que nos foi fazendo chegar, não só às Juntas como também às IPSS, e na minha Freguesia como tenho duas foi de extrema importância todo o material que nos chegou.

Depois, e como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião também aqui referiu, eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se nós também fomos afetados em dezembro pela tempestade Elsa, temos alguns prejuízos significativos, nomeadamente tivemos uma estrada que dá acesso a algumas casas de habitação na Corte do Outeiro em Santo António do Alva que sofreu duas derrocadas e que cortou a passagem. Conseguimos repor a situação para que as pessoas pudessem circular mas aquilo ainda

continua a oferecer ali algum perigo. Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sei que foi feito um levantamento de todos os prejuízos no Concelho e se não me engano os prejuízos rondavam os três milhões de euros. Queria perceber se da parte do Governo Central há, ou não, alguma abertura para nos ajudar a resolver esse problema.

Depois, Sr. Presidente, já falámos sobre este assunto várias vezes. Havia uma situação no Concelho que me inibia de dizer o que vou dizer a seguir. Era a estada de acesso à povoação de Lagares da Beira, que eu também considerava uma das piores estradas do Concelho mas, neste momento, penso que estará na minha Freguesia a pior estrada do Concelho e que é a estrada de acesso à Povoação da Carvalha.

Sr. Presidente, quero perguntar-lhe se temos, ou não, condições para podermos fazer ali uma intervenção porque esta estrada encontra-se bastante degradada.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Tinha pensado num tipo de intervenção mas, dada a temática dos últimos dias e com as intervenções de hoje, entendi, por bem, fazer aqui alguns esclarecimentos.

Antes de iniciar, dizer que eu sou totalmente insuspeito porque eu ao longo da minha vida tenho sido um defensor da total separação do poder político e de qualquer organização religiosa.

Posto isto, e relativamente aos Deputados do CDS-PP é desculpável, eles não têm memória porque não têm conhecimento de que neste Concelho quem andou sempre ligado à igreja, e a igreja é um partido político, foi o PSD.

E, se calhar, era bom o Sr. Presidente da Câmara Municipal informar-nos dos valores das verbas que o PSD atribuiu a organizações da igreja neste Concelho durante os seus mandatos para ficarmos mais esclarecidos.

O PSD, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, da altura, e do seu Vice-Presidente da Câmara Municipal é que carregavam os andores católicos por este Concelho. Não falhavam qualquer tipo de comemorações religiosas neste Concelho.

Deste Executivo e dos Deputados Municipais do PS que aqui estão presentes não tenho conhecimento que algum ande a carregar andores ou ande em festividades religiosas.

O CDS já devia ter memória de que nos últimos tempos quem foi literalmente ao beija-mão ao clero e com vénia foram os seus governantes nacionais. Eles, sim, andaram no beija-mão, quase de joelhos, perante membros do clero, e isso já não é desculpável.

Quanto às verbas e aos fundos que este Executivo tem distribuído, o Deputado André Pereira já esclareceu, são perfeitamente fiscalizáveis, são equitativos, são de direito das organizações que são apoiadas. E hoje assistimos aqui pela primeira vez neste mandato a que o CDS conseguiu deixar-se comer, e passo a expressão, na sua intervenção de oposição pelo PSD porque todos nós sabemos quem é que lançou estas mentiras para a Comunicação Social. Estão aqui à frente e já estiveram lá mais atrás. Não foi o CDS! Acredito que não foi o CDS! O PSD veio aqui caladinho não tocou no assunto e os Srs. Deputados do CDS que até têm tido uma oposição de melhor qualidade do que o PSD neste atual mandato deixaram-se comer e apanharam a passadeira rolante e espalharam-se ao comprido. E tu Rafael, no início da tua intervenção corroboraste tudo o que o teu colega de bancada veio dizer.

Não há apoios a padres. Não há pagamentos de ordenados a padres e no protocolo está lá claríssimo que aquilo é fiscalizado e vai-se saber para onde o dinheiro vai ser canalizado.

Vocês não estavam cá e por isso eu repito: Neste Concelho quem andou sempre ligado à igreja com os piores motivos políticos foi o PSD. Vocês não se recordam porque são muito novos. Os anteriores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal transportavam o andor em todas as festas. Vocês são muito novos mas recentemente os vossos governantes nacionais foram ao beija-mão, quase de joelhos e com vénia aos membros do clero e isso é que é vergonhoso, não é este apoio excepcional, perante a atual situação pandémica, que o Executivo atribuiu às fábricas da igreja.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“É muito bom estar outra vez com todos vocês apesar de estarmos de cara tapada. Estar convosco é excelente!

Devo dizer-vos que não gostei da experiência da Assembleia Municipal Extraordinária em videoconferência. Acho que não é para isso que cá estamos. É importante que aqui estejamos todos frente a frente e olhos nos olhos e que nos cumprimentemos ainda que seja com um toque de cotovelo ou com um

toque de calcanhar, mas a verdade é que a política, seja ela alta ou baixa, deve fazer-se, efetivamente, olhos nos olhos.

Trago duas ou três questões. A primeira é uma nota para a intervenção do Deputado Nuno Rafael. Ficámos a saber a propósito da introdução do estudo demográfico que ele aqui falou, que foi analisado, e que aquilo que ele aqui veio dizer é para a oposição e para o CDS-PP. Isto foi dito textualmente: Para a oposição e para o CDS-PP, entendemos isto.

Parabéns! Ficamos a saber, aqui, em primeira mão que nas próximas eleições autárquicas haverá seguramente uma coligação formal e que foi aqui, hoje, desvendada. Mas também vos digo: Cá estaremos todos os que aqui estão para, em nome do PS, ir a votos convosco.

Depois também dizer o seguinte: Havia um Deputado Municipal que curiosamente renunciou ao mandato no início deste mandato que tinha um hábito, que era um hábito que eu não gostava: Por um lado, dizia bem do Sr. Presidente da Câmara Municipal e, por outro lado, dizia mal do restante Executivo. Era um bocadinho aquela coisa de “*uma no cravo e outra na ferradura*”, “*um olho no burro e outro no cigano*”, e, curiosamente, era do CDS-PP. E devo dizer-vos que as vossas intervenções sabem um pouco a isto. Por exemplo, a intervenção do Paulo Minas arrancou relativamente bem mas, depois, quando se pretende fazer afirmações e se começa: Não será que; Não será que; Não será que; É afirmar não afirmando. É dizer exatamente aquilo que se pretende passar mas salvaguardar ali, parece que foram aconselhados por advogados, e não sei se há algum na sala, porque, assim, ninguém pode dizer que vocês afirmaram.

Portanto, não diga essas coisas. Os apoios e os subsídios que são feitos são analisados pelo Executivo quanto à sua necessidade, quanto à sua oportunidade e quanto à sua legalidade. Não há nenhum subsídio atribuído a qualquer instituição que não seja verificado em relação a estas três situações e, depois, devo-lhe dizer, Sr. Deputado, não há nenhum que seja concedido sem que haja um protocolo que o formalize e que determine exatamente qual é o seu objetivo e também que preveja a sua sindicância na eventualidade de ser necessário.

Portanto, vir aqui apelar à maior transparência quando não se sabe que é assim que funciona, quando nem sequer houve a tentação de perguntar como é que funciona, não fica bem!

Esta Câmara Municipal, este Executivo Camarário, como todos os Executivos Camarários, sempre apoiaram instituições de direito privado, como

muito bem disse, com subsídios extraordinários. Nesta Câmara Municipal, não tenho dúvida nenhuma, do primeiro ao último que concedeu, desde 2009 até esta data, está protocolado e é possível ver quem pediu, quanto pediu, quanto foi atribuído, no que é que foi gasto e a sindicância está lá e podem ir à procura.

Quanto à questão dos padres, perdoem-me que diga isto desta forma. Acho que já foi dito demais mas, salvaguardo uma questão, parabéns André Pereira pela intervenção de altíssimo nível que a propósito dessa situação aqui fizeste e que eu não tenho problema nenhum em subscrever da primeira à última letra.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero agradecer à Câmara Municipal pela pequena e grande obra executada em Ervedal da Beira, nomeadamente o acabar o alcatroamento que já há uns tempos se vinha a reclamar na Rua do Valado em Ervedal da Beira. As pessoas estão satisfeitas e reconhecem que foi uma boa obra, apesar da extensão não ser grande.

Outra coisa que queria aqui referir: Tivemos um inverno complicado, como toda a gente sabe. As máquinas da Câmara Municipal e algum pessoal tiveram que intervir urgentemente em três casos: Um na Póvoa de São Cosme e dois em Vila Franca da Beira. As intervenções foram bem feitas. No entanto, temos outras intervenções em caminhos e em estradões da Freguesia que necessitam de reparação e é necessária a vinda das máquinas para resolver alguns desses problemas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, já todos falámos em pandemia. Todos sabemos e temos a consciência do problema que o País passou e que o Concelho também passou apesar da situação não ter sido muito grave em Oliveira do Hospital, e ainda bem que assim foi. Obviamente que os Oliveirenses portaram-se bem, como acho que os Portugueses, no geral, também o fizeram. Penso que estamos a cumprir com aquilo que devemos. De qualquer forma, há aqui uma situação que já se tem falado relativamente aos apoios no âmbito da pandemia.

Deixem-me fazer aqui um aparte: Neste mandato municipal tivemos o grande problema dos incêndios, e esse foi efetivamente o grande problema deste mandato e deste Executivo. Depois tivemos mais recentemente a questão das intempéries. Agora temos a questão da pandemia.

Bom, realmente desde o 25 de Abril até hoje não há memória que outro qualquer Executivo Municipal tenha tido tantas adversidades como este Executivo tem tido. Este Executivo tem tido uma grande coragem para fazer face e responder a todas estas questões adversas que nos têm acontecido em Oliveira do Hospital.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, gostaria de saber quanto é que custou esta pandemia, até à data, ao Município de Oliveira do Hospital, nomeadamente os apoios que concedeu a pessoas necessitadas, IPSS, Centro de Saúde, Hospital, a todas as entidades. Gostaríamos de saber quanto é que terá custado ao erário Municipal esta pandemia que nos afetou?

Bom, Sr. Presidente, já aqui diversas pessoas falaram na questão do apoio pretensamente e maldosamente passadas para um blogue que temos neste Concelho e que esteve desativado meses e meses, todos nós sabemos disto, porque efetivamente aquilo não passa de um blogue. Quando se fala, aqui, em Comunicação Social, eu gostaria de fazer aqui a distinção entre o que é Comunicação Social, e nós temos alguma neste Concelho, e o que é aquilo. Aquilo não é Comunicação Social mas aparece como tal. Aquilo é um blogue de dois ou três amigos, de dois ou três despeitados, que todos nós sabemos quem são, e que maldosamente, porque agora se estão a aproximar as eleições, tornaram a aparecer. Esta é que é a questão! Nós sabemos quem são e toda a gente sabem quem são e porque é que eles cá andam, o que andam a fazer, qual é o objetivo deles, todos nós sabemos que é assim que se passa! Depois, têm um cronista, ou outro, que é amigo e que não conseguem passar nas candidaturas políticas que organizam no Concelho porque cada vez têm menos votos e depois têm este tipo de postura e este tipo de discurso e fazem este tipo de crónicas naquele blogue. Todos nós sabemos quem são! Esta gente não tem credibilidade. O que eu estranho é ver, por vezes, forças políticas concelhias, que estão aqui representadas numa Assembleia Municipal e que devem ter a sua responsabilidade porque já tiveram grandes responsabilidades à frente do Concelho, embarcaram em coisas dessas. Isso é que eu estranho!

Sr. Presidente da Câmara Municipal, continue em frente. Nós estamos de cara bem levantada. Os Oliveirenses bem nos conhecem e também o conhecem a si e ao seu Executivo e a todos os outros autarcas do Partido Socialista e sabem bem qual é a nossa postura e qual é a nossa prática.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Finalizámos as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para dar os esclarecimentos que considerar necessários e pertinentes, quero dizer o seguinte: Naturalmente que as sessões presenciais são mais interessantes, permitem-nos ver a cara uns dos outros e comunicar de uma forma mais eficaz. Se calhar, poucos de nós preferimos as videoconferências, mas elas também são necessárias e temos que nos habituar, como disse o Deputado Rafael Costa.

Um dos aspetos positivos desta situação pandémica foi a melhoria nos perfis de uso da informática para as nossas vidas e isso é um fator de eficiência.

Agora recentrando-me no Período de Antes da Ordem do Dia quero dizer o seguinte: Obviamente que os Deputados das várias áreas políticas exprimiram as suas opiniões e foram expressas com correção. Nós não temos que ter unanimismo e as oposições fazem oposição e o partido que está no poder exprime as suas opiniões e justifica as suas posições. Portanto, parece-me que correu tudo dentro do normal.

Considero que não foi dito nada demais, foram opiniões com diferenças legitimamente expressas. Obviamente que alguns de nós, entre os quais eu me incluo, estou um pouco estupefacta com algumas manifestações de pretensa política mas que não são política. Se lhe queremos chamar política, é baixa política que está aí na ordem do dia no Concelho. Mas também não vi que aqui houvesse um apoio exposto a essas formas de posicionamento e não notei em ninguém identificação com essas formas feias e de certa forma cobardes. Por exemplo, hoje de manhã vi um artigo não assinado, uma pessoa ou um grupo de pessoas que escreve um artigo de alguma forma insultuoso e deturpador e não se assume, para mim, está tudo dito.

O que eu vos quero dizer é o seguinte: Sei que os Oliveirenses de todas as correntes políticas também não vão nisso. Não é assim! E também vos digo que sei o suficiente do que é o pensamento das pessoas e não é assim que ninguém marca território aqui na nossa terra. A política faz-se com debate sério, com diferenças, e foram aqui feitas sugestões, propostas, e feitas reflexões, quer por pessoas que representam o Partido Socialista, quer por pessoas que representam outras áreas políticas.

Eu, como Presidente da Assembleia Municipal tenho que ter um papel de fiel de balança mas, por vezes, dentro da possibilidade de partilhar opiniões,

também gosto de me posicionar e não gosto que não entendam qual é que é a minha linha de pensamento e de quais é que são as minhas convicções.

Portanto, acho, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal terá muito mais informação do que eu, mas também vos quero dizer que quando vi essas coisas escritas, e até ontem me mandaram de Lisboa recortes de jornal. Logo de manhã mandaram-me uma mensagem a dizer “já viu isto no Jornal de Notícias”. Portanto, as coisas negativas também me chegam quando transmitem uma imagem menos positiva.

Mas há uma coisa que eu vos quero dizer: Eu não estava minimamente a par de tudo isto, não venho cá desde fevereiro, mas eu tenho a certeza absoluta, e daquilo que eu conheço que é hoje os escrutínios a que estão sujeitas as decisões de disponibilização de dinheiros públicos, e já há uns anos a esta parte, e não foi sempre assim, não há cá espaço para favorecimentos.

Esta Câmara Municipal, como qualquer outra Câmara, e como qualquer Direção-Geral, é regularmente objeto de inspeções e a disponibilização de verbas ou é justificada, e tem realmente um documento e critérios e regras, ou pode haver ali um sério problema.

Conheço o carácter do Prof. José Carlos Alexandrino e do seu Executivo também e sei que ele não é tolo nem ingénuo e é um político experiente e não ia, agora, fazer uma coisinha de disponibilizar uns dinheiros que não pudesse fundamentar. Eu percebi logo que era uma manobra política, como também aqui foi referido por alguém, própria do período em que estamos a entrar. Isto não significa que eu não seja adepta da transparência. Eu sou adepta da transparência mas também acho que a Câmara tem preocupações de transparência e consegue justificar até porque eles não estão aqui para ser objeto de problemas com os órgãos inspectivos.

Dito isto, Sr. Presidente da Câmara Municipal, solicitava-lhe que esclarecesse os Srs. Deputados das várias questões que foram aqui colocadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero dar uma palavra de agradecimento à bancada do Partido Socialista, aos Srs. Presidentes de Junta, àqueles que deram hoje uma palavra de conforto ao Presidente da Câmara Municipal a propósito da polémica dos Srs. Padres. Eu não acredito que alguns que tenham insinuado isso estejam aqui nesta Fundação, que é presidida pelo padre António Loureiro.

Estamos aqui todos e, por isso, não há aqui promiscuidade de relações. Mas, como eu disse, abordarei isso quando chegar a hora, até porque também não deixo de dizer e não sou ingénuo. Quem lançou isto foi o PSD numa reunião de Câmara, numa votação que está registada em ata, e isso eu não deixo de dizer. Eu acredito que quem passou a informação que informou mal e que o PSD, nisto, vai sair mal mas não vale a pena nós estarmos aqui a dizer com falinhas mansas, porque é verdade, e quem não se sente não é filho de boa gente. E, por isso, irei aqui mostrar algumas coisas que os Srs. vão ficar admirados. E isto é em relação ao PSD. Eu disse já há muito tempo que não gostava de voltar ao passado mas como as pessoas me obrigam a ir buscar coisas ao passado eu vou mostrá-las até porque a propósito dos padres foi a Sra. Vereadora do PSD, que está aqui presente, que fez uma declaração numa votação dizendo que aquilo era uma forma encoberta de pagar os salários aos Srs. padres. Eu acredito que quem lhe deu a informação, enganou-a. Acredito que a Sra. Vereadora quando disse isso estava convencida disto, mas que deu depois isto tudo. Mas passaram-lhe uma informação errada.

Antes disto passemos a um assunto mais importante que é o processo da pandemia no Concelho: Há mais de um mês que não temos nenhum caso positivo.

Quero dar aqui um agradecimento à equipa que construí, sobretudo a duas pessoas que têm sido incansáveis, o Eng.º Rui Pina e o Eng.º José Carlos Marques que são os Coordenadores do Gabinete de Gestão do Covid-19.

Quero agradecer à bancada do PS essa confiança que me têm dado e podem ter a certeza que me mantereí sempre no trilho da honestidade, no trilho da transparência, no trilho de dignificar o nome dos que me elegeram debaixo de uma bandeira partidária até porque, com sabem, já tivemos catorze inquéritos. Durante estes mandatos fui acusado de muitas coisas, acho que falei isto na última Assembleia, aquele processo sobre umas lonas que se tinham comprado acabou de ser arquivado, o das casas também foi arquivado e, por isso, neste momento não há nenhum processo de inquérito a decorrer na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital mas já houve catorze que foram todos arquivados e isso dá-nos tranquilidade. Hoje temos uma experiência também maior para não cometer erros, porque, às vezes, cometem-se erros, quem está na gestão e quem toma decisões tem que ter cabeça fria, e a política, às vezes, obriga a algumas coisas ou faz com que as pessoas se precipitem. Com onze anos de aluno da política hei de aprender bem como é que as coisas funcionam e

acho que não seria agora na minha reta final que eu cometeria qualquer irregularidade, como vocês devem perceber.

Sobre o Covid houve aí pessoas que perguntaram, penso que foi o Deputado Rafael Costa que perguntou: Sr. Presidente o dinheiro que não gastou nas festas era bom colocá-lo na economia.

Quero dizer-lhe que já está colocado. Esse dinheiro já foi colocado dentro de Oliveira do Hospital e já lhe explico como.

Por isso quero dar aqui uma nota, quero deixar aqui os números concretos, os Srs. poderão consultar, qualquer Município pode consultar o que quiser. Pode consultar, por exemplo, o protocolo com a fábrica da Igreja e depois já vai ficar admirado mas sobre isso vou falar depois.

Neste momento a Câmara Municipal, em termos de material que comprou e que distribuiu pelas IPSS, como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Câmara Municipal neste momento já gastou cento e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e sete euros e trinta e quatro cêntimos.

Mas fez mais, e também não se falou aqui numa das medidas que nós tomámos, na redução da água, o desconto na água em abril, aquilo que nós iríamos receber e que não recebemos foi quarenta mil, e noventa e oito euros e quarenta e três cêntimos. Em maio o desconto foi de trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos. O que dá, neste momento, e já não vamos falar nas isenções, nas isenções das taxas das feiras, dos cafés, dos espaços públicos, como vocês sabem, durante três meses ficaram todos isentos. Temos aqui duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove euros e vinte e quatro cêntimos. Mas já ultrapassamos este valor porque não estamos a contar com os apoios sociais porque nós temos algumas famílias que entraram em dificuldade e temos-lhes dado subsídios de emergência social e isso acho que o temos feito bem, como ninguém.

Quero aqui dar os parabéns ao Gabinete de Ação Social e a toda a equipa dos Vereadores porque nestas fases e nestas áreas não há um vereador só da Ação Social há uma equipa que trabalha com o Covid.

Na linha de apoio social foram garantidos nos últimos três meses no apoio direto, a duzentas e quarenta e oito famílias, e pode-vos impressionar este número mas ficarão mais impressionados com o número final, e seiscentos e treze cidadãos. E quero-vos dizer que estes seiscentos e treze cidadãos dos quais cento e oitenta e oito são crianças e jovens em idade escolar, e isto é preocupante. Tivemos destas pessoas também todas cento e trinta e duas pessoas idosas em situação de isolamento e sem proteção da rede familiar ou

institucional. Quarenta e seis pessoas, e também reparem neste pormenor, beneficiaram desta ajuda pela primeira vez, as outras, muitas delas já eram acompanhadas pelo Banco de Recursos Sociais mas houve quarenta e seis pessoas que pela primeira vez tiveram que ir ao Banco de Recursos Sociais e eu garanto-vos que para as pessoas irem ao Banco de Recursos Sociais a algumas deve-lhes ter custado bastante.

Mas, fora disso, também houve o apoio de um Programa Operacional de Apoio às pessoas mais carenciadas que é da Segurança Social porque houve um trabalho de articulação com vários organismos. Neste programa beneficiaram mais setenta e três famílias num total de cento e quarenta e nove pessoas.

O maior número de famílias que foram apoiadas são da Freguesia de Oliveira do Hospital, as segundas são de São Paio de Gramaços e a terceira Freguesia a ser mais apoiada foi Nogueira do Cravo.

Também no apoio de acompanhamento psicológico, porque temos psicólogos para acompanhar estas pessoas, estão em acompanhamento neste momento quinze famílias através das psicólogas do Gabinete de Gestão do Covid e estão a ser monitorizados via telefone. Estão a ser acompanhadas também noventa e cinco famílias com crianças e jovens em risco em acompanhamento pelo CPCJ-Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital face ao encerramento dos estabelecimentos de ensino e ao apoio social e familiar em que estão inseridas.

As problemáticas mais registadas pela linha de Atendimento Social Covid prendem-se com violência doméstica, stress emocional fruto do confinamento e escassez de recursos económicos.

O apoio de CLDS, e está aí o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que também acompanha e também faz parte da Direção da Associação Vale do Cobral que tem o CLDS, neste momento está a acompanhar quarenta e nove famílias e o número de pessoas são oitenta e sete.

Tipo de apoios: Entrega de bens alimentares, entrega de medicação e renovação de receituário, intervenção e avaliação psicológica emergencial, instruções de apoio para a aquisição de medicamentos no nosso programa OHá+Saúde.

No total, com a Segurança Social, a Câmara Municipal e com o apoio do CLDS, estão a ser apoiadas trezentas e setenta famílias e estão a ser apoiadas oitocentas e quarenta e nove pessoas incluindo as crianças em idade escolar que referencieei.

Se isto não é um trabalho de equipa, eu penso que é um número muito interessante que nos trouxe estes novos desafios e daquilo que também fomos capazes de fazer, contando com os Srs. Presidentes de Junta que são elementos fundamentais no diagnóstico das situações. Mas também vos digo acho que não fizemos mais do que a nossa obrigação porque estamos cá para isso.

Também quero dizer ao Deputado Eng.º Rafael que nós nunca gastámos em festas trezentos mil euros.

Dizer-vos ainda no âmbito da pandemia Covid-19 que tivemos um óbito de um utente do Lar de Santa Ovaia. Também não vale a pena pensarmos que por não termos casos de Covid-19 há um mês que não podemos ter um caso amanhã, nós estamos sujeitos. Ainda hoje o Sr. Presidente da Junta de Nogueira do Cravo não está presente porque está em isolamento porque esteve em contacto com umas pessoas que testaram positivo. Neste momento ele já fez o teste e estamos a aguardar o resultado.

A propósito desta especulação quero dizer que é uma mentira. Alguém disse que uma mentira dita muitas vezes acaba por se tornar uma verdade e eu diria ao contrário e diria que a verdade vem sempre ao de cima.

Meus caros amigos, o PSD não me pode levar a mal, porque foi o PSD que levantou isto em reunião de Câmara.

As intervenções dos Srs. Deputados do PSD foram de uma grande correção, e também do CDS, que tiveram propostas diferentes e é isso que nos diferencia porque não estamos no mesmo projeto político. Com certeza, se fossem poder faziam outras coisas mas foi para isso que eu e a minha equipa fomos eleitos.

Por isso, deixem-me só dar-vos aqui uma nota e isto não é para criar casos porque gostava de não o ter feito mas gostava que os Senhores se recordassem: Sabem o que é o dia nove de outubro do ano de dois mil e cinco? Se calhar ninguém se lembra o que é que aconteceu no dia nove de outubro do ano de dois mil e cinco. No dia nove de outubro do ano de dois mil e cinco realizaram-se eleições em Oliveira do Hospital onde o PSD ganhou as eleições.

Agora vou mostrar-vos o seguinte mapa e, como já disse, não gostava de voltar ao passado. Neste mapa estão os subsídios atribuídos pelo PSD, desde o ano de dois mil e quatro ao ano de dois mil e nove, às fábricas da igreja.

Sabem quantos subsídios foram atribuídos à fábrica da igreja? Foram atribuídos cinquenta e cinco subsídios e eu pergunto: Será que o Presidente da Câmara Municipal anterior e o seu Executivo que votaram estes subsídios cometeram alguma irregularidade?

Penso que não e nem acredito que tivesse cometido. Na política não vale tudo!

Neste mapa estão os cinquenta e cinco subsídios e qualquer Deputado pode consultar este documento. Mas vocês vão ficar mais admirados, e vão ficar admirados por uma razão simples. Estes são os subsídios que foram atribuídos desde dois mil e quatro a dois mil e nove, já era Presidente da Câmara Municipal o Prof. Mário Alves.

Vocês querem saber: Puseram a notícia e achavam que o subsídio era para pagar aos padres e eu pergunto-vos se conseguem ler bem este número que está aqui neste documento porque esta é a verba que o PSD, que era o Executivo da altura, atribuiu entre o ano de dois mil e quatro a dois mil e nove.

O PSD atribuiu trezentos e quarenta e nove mil euros às fábricas da igreja. Então, atribuiu estes trezentos e quarenta e nove mil euros mal atribuídos?

Não me parece! Por isso, meus caros amigos, estamos aqui com estes dados. No protocolo é duzentos e trinta euros para cada fábrica da igreja, todos perceberão que não era para pagar a padres. Duzentos e trinta euros para cada fábrica da igreja e Oliveira do Hospital ficou com o dobro, com quatrocentos e sessenta euros.

Vejam o que é que dá para fazer com duzentos e trinta euros? Penso que dará para pagar a eletricidade das capelas e igrejas. Como sabem eles ficaram sem meios porque não há missas, como sabem a visita pascal, onde recebem algum dinheiro para pagar essas despesas, não foi feita.

Penso que o PSD ao votar contra a atribuição do subsídio na reunião de Câmara Municipal posicionou-se mal porque posicionou-se com uma coisa falsa e fez outra coisa: Pôs em causa estas pessoas boas que servem as fábricas da igreja gratuitamente para manterem as suas tradições e não servem a política. O papel da igreja no pré-escolar e nos lares da terceira idade, temos aqui um exemplo, e vocês vejam o que é que fizeram. Puseram em causa que aquelas pessoas não precisavam de dinheiro. Eu diria até que isto é uma inabilidade política enorme. Porque também não há dúvidas nenhuma que as pessoas não ficarão contentes quando receberem duzentos e trinta euros para pagar a eletricidade e houve alguém que montou aqui um circo, porque não se passou mais que um circo montado, para dizerem que os padres iam receber dinheiro quando nós sabemos que o ordenado mínimo é o Bispo que lhes paga.

Por isso, vamos também ser aqui honestos, e “quem não se sente não é filho de boa gente”, e há pessoas que gostam de cavalgar, mas garanto-vos que

esta postura sairá cara ao PSD por ter cavalgado uma mentira absolutamente ridícula.

Eu, como sou cristão, até desculpo porque até acredito que a Sra. Vereadora, ou quem lhe encomendou esse sermão, estava enganada.

Meus caros amigos, quero-vos dizer que, como Presidente da Câmara Municipal, sou laico e tenho ido a outras igrejas de outras confissões. Os Senhores poderão ler a carta que os padres me endereçaram. Os padres fizeram uma reunião comigo na Câmara Municipal e eu até lhes disse, façam uma carta a pedir o apoio. Eles pediram oito mil euros e eu achei que não. Fiz umas contas, e o subsídio foi de seis mil e seiscentos euros porque sou rigoroso na parte financeira, como diz o Deputado João Esteves que é uma pessoa justa a analisar as coisas e sabe que levo isto com grande seriedade e, por isso, nunca me colocaria a jeito, mas já estou como o Pinto da Costa, quando não falarem bem, falem mal, mas é porque estou vivo.

Garanto-vos uma coisa, quando eu entrei na Câmara Municipal, em dois mil e dez, foram-me convidar para levar o pódio na Festa de Santa Ana porque era habitual o Sr. Presidente da Câmara Municipal levá-lo e eu disse aos irmãos da Irmandade de Santa Ana o seguinte: Vocês não levem a mal mas eu não vou levar o pódio porque depois na festa seguinte da minha aldeia vou ter também que levar o pódio.

Também é verdade que eu fui a uma missa na minha aldeia, convidaram-me para lá ir, e pediram-me para dizer duas palavras. As palavras que eu disse foram relacionadas com a pandemia Covid-19 e fiz um balanço da situação no Concelho e disse que ninguém ficava para trás no Concelho porque este Executivo não ia deixar. Se isto foi campanha política, que seja.

Agora, também vos digo, há cronistas aqui e infelizmente até estiveram presentes mas parece que já saíram e até gostava que aqui estivessem, há cronistas aqui que são ateus mas nas eleições de dois mil e nove levaram o pódio numa procissão na aldeia deles mas digo-vos uma coisa nem assim a Santa Margarida os salvou de uma derrota expressiva e, por isso, podem escrever e podem dizer mas não são exemplo para ninguém e eu não sou igual a esse indivíduo e também quero deixar aqui bastante claro.

Depois disto vou passar a respostas mais concretas sobre alguns problemas que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia aqui colocaram e começava pelo Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Enf.º José Carlos, e quero dizer-lhe o seguinte: Para mim foi com muito agrado que o programa Somos Portugal esteve em Avô, Bobadela e Oliveira do Hospital. Com este

programa mostrámos a Praia Fluvial de Avô ao mundo, tal como já o tínhamos feito com a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas onde também já levámos um programa da RTP, e isto não foi para o Presidente da Junta de Freguesia nos agradecer porque depois eu até fico incomodado porque qualquer dia pensam que queremos que seja candidato pelo PS. Peço-lhe também que tenha cuidado com os elogios porque qualquer dia ainda tem uma capa de jornal a dizer que o Presidente da Câmara Municipal já o aliciou e que há uma grande promiscuidade com a Junta de Freguesia de Avô. Eu sei que não, e o Senhor também sabe que não e, por isso, também não há problema.

Relativamente à fibra ótica eu respondo também já ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas. A Câmara Municipal tem desenvolvido esforços para que todo o Concelho seja coberto, mas também sejamos honestos, não é a Câmara Municipal que consegue, até porque para o projeto das Aldeias de Montanha para nós é fundamental para que o projeto seja alavancado e que Alvôco tenha uma boa fibra ótica. Temos uma reunião brevemente com a Altice para vermos e pressionarmos porque é justo que Alvôco tenha fibra ótica.

Sobre o pagamento do lixo na próxima reunião de Câmara Municipal trataremos isto.

A propósito das obras de requalificação adjacentes à Igreja Moçárabe de Lourosa quero dizer-vos que a Sra. Vereadora Graça Silva tem acompanhado muito este processo que nos está a causar alguma preocupação. Pedimos uma reunião à Sra. Diretora-Geral da Cultura para tentarmos encontrar uma solução a contento de todos. O projeto é da Câmara Municipal e é a Câmara Municipal que está a subsidiar as obras, com uma comparticipação financeira do Quadro Comunitário de 85 %, mas deixem-me dizer, quem nos diz como fazer as obras é a Direção Regional da Cultura e a Direção-Geral do Património. A Sra. Vereadora tem acompanhado este processo e também tem mostrado alguma preocupação porque as pessoas não percebem. Na Direção-Geral da Cultura dizem que aquela é a forma de se preservarem as sepulturas por causa da erosão mas eu sou testemunha que a Sra. Vereadora não era adepta desta solução porque queria que algumas sepulturas ficassem à vista. Para a semana vamos ter uma reunião com a Diretora-Geral e com os seus serviços para ver se se consegue encontrar a melhor solução.

Quanto à Rua do Cimo da Vila quero dizer ao Presidente da Junta de freguesia de Lourosa que fique descansado que nós iremos fazer a obra até porque foi um compromisso político que tínhamos assumido.

O Sr. Deputado José Ferreira falou sobre a pandemia e também sobre as bandeiras atribuídas à Praia Fluvial de Alvôco. Relativamente à Bandeira de Ouro nas Praias Fluviais de Avô e Alvôco das Várzeas eu acho que são praias que temos que cuidar porque são neste momento joias que temos para ajudar a vender o Concelho.

Depois falou o Sr. Deputado Sérgio Minas e falou sobre a atribuição de subsídios e sobre critérios e transparência e disse uma coisa gira. Disse que a transparência não é os rankings que a fazem como se fosse a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital que construísse o ranking da transparência e não fosse um observatório independente que fizesse isso e, como sabe, estamos bem localizados.

Se o Deputado Sérgio Minas tivesse coragem tinha dito o seguinte: Sr. Presidente não atribua subsídios, estes subsídios são excessivos. Nós não concordamos com eles e como não concordamos com eles não os atribua.

Ele acabou por dizer que o valor dos subsídios eram excessivos mas eu sou sincero, até percebo o Deputado Sérgio Minas e vou dizer-vos porquê. Porque ele é subsidiado de maneira diferente por outros grupos. Faz parte e é Diretor, ou foi Diretor, e tem um subsídio superior relativamente a outros e, por isso, já ali está um critério, porque há outros mais ou menos do estilo deles que têm mil e quinhentos euros e o grupo dele tem um subsídio de quatro mil e quinhentos euros. Ele não percebeu que houve um critério de qualidade diferenciadora. Bastaria olhar para o seu exemplo para perceber a diferença entre o seu exemplo e os outros.

Enquanto eu for Presidente nós continuaremos a apoiar os grupos culturais. Acabámos de pagar uma parte, mesmo por estarem neste momento sem atividade achámos que para o Associativismo deveríamos continuar a pagar o subsídio e vamos continuar a pagar os subsídios que temos atribuído como se estivessem em funcionamento porque senão as pessoas que fazem parte destes grupos, e que são de uma riqueza extraordinária, até porque o nosso Concelho tem múltiplos grupos, desde concertinas, ranchos, grupos de cantares, e é uma riqueza enorme e dão vida às nossas aldeias. Não vejo as nossas aldeias sem estes grupos e, por isso, a Câmara Municipal, enquanto eu for Presidente, continuará a apoiar os grupos culturais e é uma opção política. Não se pode dar é aquilo que não se tem mas estes apoios são distribuídos e é fundamental continuarmos com as nossas filarmónicas, com os nossos ranchos, com os grupos de cantares, com grupos de concertinas. Um Concelho não é só uma parte. Nós continuaremos a apoiar o futebol, o basquete, a ginástica, o hóquei

em patins. Continuaremos a apoiar aquilo que outros Concelhos já desistiram de apoiar. Eu não vejo o meu Concelho ser reduzido sem as suas associações desportivas, sem grupos culturais, e, por isso, continuaremos a apoiar. É um compromisso político que levarei até ao fim e digo-lhe que não me sinto arrependido de ter gasto verbas a apoiar grupos culturais. Tenho pena é de não podermos apoiar ainda mais, mas temos feito aquilo que é possível dentro de todos estes quadros financeiros que não foram fáceis, nomeadamente depois dos incêndios, depois dos apoios das segundas habitações, sem irmos a empréstimos.

Deputado Sérgio Minas, se quiser, passe pela Câmara Municipal porque nós temos oportunidade de lhe mostrar alguns critérios para a atribuição dos subsídios.

Relativamente à ETAR de Alvôco das Várzeas quero dizer o seguinte: Estive a abordar este assunto na quinta-feira quando tive uma Assembleia Geral com o Eng.º José Sardinha que é Presidente da EPAL e das Águas de Lisboa e Vale do Tejo e também, já agora, o Sr. Presidente da Junta de Meruge, Aníbal Correia, colocou aqui uma questão sobre as ligações técnicas de saneamento, que não é uma obra nossa. Quero dizer-lhe que foi publicado no Diário da República, no dia vinte e cinco de maio, as obras das ligações técnicas de São Gião, Ervedal da Beira, Bobadela e Meruge. Estas obras neste momento encontram-se em concurso público e têm um preço base de oitocentos mil euros.

Também já falei sobre umas ligações técnicas que faltam em Travanca de Lagos e Andorinha e foi-me prometido arranjar soluções como também arranjar solução para resolvermos um problema de descarga que existe junto ao Açude da Moenda em Alvôco das Várzeas. Fico contente porque foi mais uma conquista mas também quero dizer que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital através daquela empresa das Águas da Serra da Estrela conseguiu arranjar e tem financiado um milhão e oitocentos mil euros para a água da Adarnela, para o saneamento do Rio de Mel, para o saneamento da Felgueira, para um conjunto de obras. Não podemos perder estas obras porque resolveremos um conjunto de problemas de algumas coisas pequenas que ainda temos nestas aldeias que têm muito pouca gente e conseguimos assim melhorar o ambiente.

O Deputado Nuno Rafael Dias falou numa série de coisas e eu vou repetir-me outra vez porque o Deputado Nuno Rafael Dias não percebeu o que eu já noutra Assembleia lhe tinha dito: Você sabe qual é que foi a cidade, em

termos percentuais, que perdeu mais gente? Foi Lisboa. Lisboa foi dos Municípios que perdeu mais gente.

Eu gostava de lembrar ao Deputado Nuno Rafael Dias que houve um Governo e um Primeiro-ministro que mandou emigrar os nossos jovens, e não fui eu que os mandei emigrar. Você sabe quem foi e devia ter memória.

Nós queremos fixar os nossos jovens porque a riqueza são os nossos jovens, sem dúvida nenhuma! Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: Nós já fizemos alguma coisa e também como disse aqui o Eng.º Rafael o problema do digital é uma coisa nova mas pode ser uma coisa que venha ajudar estes territórios e nós temos que estar atentos e estou absolutamente de acordo por uma razão, e eu quero dizer-lhe o seguinte: A Zona Industrial vai ter vinte e nove lotes e isso foi um sinal claro, que é uma obra de dois milhões e duzentos mil euros, que falarei mais à frente, e já gastámos em terrenos quase um milhão de euros e, por isso, é um investimento forte. E quero dizer-lhe o seguinte: Neste momento nós temos um número de empresários muito elevado à procura de lotes e, por isso, estou com alguma esperança que aquilo nos vá ajudar com alguns postos de trabalho. Nós temos que nos diferenciar e, por isso, precisamos de políticas de atração porque os tempos vão mudando e a área digital pode também fazer isso.

Como eu disse, estou muito contente e estou surpreendido pelo número de pessoas interessadas e até começou a constar que não havia lotes na Zona Industria de Oliveira do Hospital. Há muitos empresários a querer aqueles lotes e é um bom investimento, na minha opinião.

Digo ainda outra coisa a propósito até da desertificação, e está aí o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, que sabe bem o que vou dizer. Fizemos uma obra que custou trezentos mil euros para levar a água a uma povoação onde há meia dúzia de pessoas. É verdade que conseguimos arranjar financiamento do POSEUR e, por isso, custou menos mas dificilmente algum Presidente que não tivesse uma visão mais longínqua lá colocaria trezentos mil euros.

Acredito que haverá um novo tempo, e se calhar não estarei cá, porque a qualidade de vida hoje já está muito melhor neste interior do que nas grandes cidades, como sabem, e, por isso, fazemos candidaturas para investimentos e isso é uma visão como fizemos nas aldeias da Moita, Carvalha, em toda aquela zona. Temos ainda alguns casos por resolver e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez sabe de qual é que eu estou a falar.

Um dos maiores desafios que hoje este Executivo e os Executivos que vierem a seguir têm é na captação de jovens e como é que se pode fazer essa captação. Isso é sem dúvida nenhuma um grande desafio, mas, também acredito, se não fossem um conjunto de políticas que nós temos, teríamos perdido mais jovens do que temos perdido, e é preciso fazer-se justiça porque isso devem-se sobretudo ao trabalho do Dr. José Francisco Rolo nesta área.

Depois o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião falou nos prejuízos municipais das últimas intempéries. O nosso levantamento deu três milhões de euros de prejuízos. Na Comunidade Intermunicipal tenho tido reuniões com governantes para os pressionar a compartilhar estes prejuízos.

Acabaram agora as candidaturas dos prejuízos dos incêndios que também tenho aí para vos dar conta e no Concelho de Oliveira do Hospital gastámos cerca de um milhão setecentos mil euros que recuperámos.

Terei que fazer opções políticas e a primeira opção política para fazer é na estrada de Aldeia das Dez porque é uma estrada turística, uma estrada com bastante movimento, e não tem o mesmo movimento da estrada do Parceiro mas a estrada do Parceiro merece-nos a mesma consideração. Há ali obras que têm que ser feitas neste tempo, e o Sr. Presidente da Junta disse bem, eu até lhe falei para ele ir arranjar o terreno porque é preciso fazermos um desvio em vez de estarmos a fazer muros que são caríssimos. Quero começar a fazer isto pouco a pouco. Se virmos que não há dinheiro, temos que começar a fazer pelo menos aquelas que não aguentam passar outro inverno porque há aqui estradas que se ficarem outro inverno ficarão pior e, por isso, a primeira obra que lançarei é a estrada de Aldeia das Dez que tem a ver com aquilo que é o turismo, e quero deixar esta nota aqui bastante bem clara, e depois iremos ao Parceiro e iremos aos outros lados, iremos pouco a pouco resolvendo tudo.

Dizer ao Eng.º Rafael o seguinte: Há aqui uma coisa que hoje me deixa entristecido porque o Sr. Deputado disse que era preciso isentar a derrama às empresas. Quero dizer-lhe que nós já não temos derrama há uma data de anos, desde o outro Presidente, já não há derrama, nunca houve e, por isso, nós não podemos isentar.

Queria-vos contar, vocês sabem qual é que era o número de desemprego em Oliveira do Hospital antes do Covid-19? Era de 4,5 %. Nós não tínhamos desemprego. Se calhar tínhamos quem não queria trabalhar e que gosta de andar nos cursos de formação, isso são outras coisas e também há pessoas dessas.

Temos uma empresa que vai colocar gás natural tornando a nossa Zona Industrial mais competitiva. Estas empresas, com o gás natural, vão tornar-se mais competitivas e esse é o trabalho que nós também temos feito.

Temos um Regulamento Municipal de Incentivo Empresarial em vigor que tem a ver com a criação de postos de trabalho que nós temos ajudado e o regulamento não é de hoje. Por exemplo, a Craptur teve o apoio da Câmara Municipal por causa dos postos de trabalho.

Nós temos um Regulamento Municipal de Incentivo Empresarial e, por isso, estamos a aplicá-lo. E, digo-lhe mais, há um empresário na Bobadela, que fez um investimento nuns aviários que estavam abandonados que vai criar um conjunto de postos de trabalho. Ele é o maior fornecedor de ovos de Portugal e está a fazer ali um investimento e criará de dez a quinze postos de trabalho.

Estamos a fazer o trabalho que temos que fazer e esse é o grande trabalho e o grande desafio e que às vezes é difícil. É difícil trazer esses empresários também por causa das nossas acessibilidades que nos matam e esse é outro problema, e continuamos com ele, e não me sinto confortável por não termos o problema resolvido do IC6 e isso até me faz uma dor enorme.

Também colocou duas perguntas, e uma é sobre o Café Central. Quando veio a pandemia estava a decorrer o concurso do Café Central. O que é que nós fizemos? Suspendemo-lo porque ninguém sabia se as pessoas a partir dali vão estar interessadas em abrir um café sem a retoma económica. Vou a restaurantes e a cafés e os proprietários dizem que as coisas ainda estão muito longe das verbas que faziam antes da pandemia e, por isso, nós fizemos aquilo que tínhamos que fazer, e que foi temporizar, ver os novos tempos, ver como é que isto evolui e depois teremos que abrir o concurso. Fizemos a suspensão do concurso e já havia dois candidatos que tinham entregado propostas. Penso que fizemos aquilo que tínhamos que fazer e logo que tenhamos oportunidade depois de percebermos o que é que vai acontecer nós lançaremos esse concurso.

Sobre o Projeto Reflorestar eu pedia ajuda à Sra. Vereadora, Eng.^a Teresa Dias. Houve um prazo de candidaturas e já houve dois prazos de entrega de árvores. Agora não tenho noção do número de árvores que foram entregues e, por isso, passo a palavra à Sra. Vereadora, Eng.^a Teresa Dias.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Eng.^a Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Projeto Reflorestar, foram criadas as normas para o ano de dois mil e dezanove. Foram apresentadas trezentas e trinta e oito

candidaturas entre proprietários e produtores florestais. Todas elas foram analisadas. Havia um limite máximo de quinhentas árvores por proprietário, e o número de árvores atribuídas teve a ver com a área que cada um apresentou, porque havia um conjunto de documentos que eram necessários incluindo os registos de propriedade.

Desses trezentos e trinta e oito proprietários chegou-se ao número de cerca de cento e vinte mil árvores que foram distribuídas entre dezembro e janeiro.

Depois veio este processo do Covid e, neste momento, não temos as normas para o ano de dois mil e vinte ativas e estaremos para ver se as vamos lançar novamente, ou não.

Relativamente ao ano de dois mil e dezanove foram estes os números.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este número de cerca de cento e vinte mil árvores, penso que já é um número interessante mas ainda está longe daquilo que nós perspetivávamos e ficámos ainda muito longe do objetivo que nós queríamos. Todas estas ações foram fiscalizadas por parte das nossas equipas.

Dizer ainda ao Eng.º Rafael que não poderia estar mais de acordo consigo quando diz que a Câmara Municipal tem que ter uma política de atração do digital até porque hoje o teletrabalho é uma realidade e deixe-me dizer uma coisa que não grassou nas minhas ideias. Queria lançar a possibilidade para alugarmos casas durante a pandemia a jovens casais que vivam nos grandes centros urbanos para eles virem para Oliveira do Hospital trabalhar em teletrabalho. Esta é uma ideia que os meus Vereadores sabem que eu tentei porque era criar uma oportunidade para trazer pessoas para cá. Achei que era uma oportunidade porque nestes tempos de crise também há oportunidades, mas eu não mando sozinho, a minha cultura democrática é assim, e as pessoas que eu fui ouvindo achavam que não era a melhor altura para lançar uma campanha dessas. Eu acho que teria sido uma oportunidade.

As políticas do passado não constroem o futuro. O que foi bom há cinco ou seis anos, amanhã já não é, e também sabemos isso. O mundo está em mudança e nós temos que modificar os nossos desafios porque o trabalho passa a ser diferente e nós sabemos isso tudo. Há Câmaras que estão já a fazer este trabalho e estão a dar paços mais à frente do que Oliveira do Hospital, e alguns até são autarcas do PSD.

Dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que o problema da poluição do Rio Cobral devido às descargas é realmente um problema. Nós precisamos de uma fiscalização enorme porque as descargas poluem o Rio Cobral e o Rio Seia.

O Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho, falou sobre os prejuízos municipais causados pelas intempéries, que já respondi, e falou também sobre o acesso à Carvalha. Realmente o Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira tem razão porque a estrada que hoje se encontra em pior estado é a estrada para a Carvalha. Dizer-vos ainda que uma das ruas que se encontra em pior estado é Rua Manuel da Silva Alexandrino no Ervedal da Beira, onde eu tenho a minha casa, e o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias do Ervedal e Vila Franca da Beira também já me falou que era preciso requalificar esta rua mas tenho estado com alguns pruridos por ser a rua onde tenho a minha casa.

Quero dizer ao Rui Coelho que a estrada para a Carvalha será uma obra a lançar porque esta estrada deveria até ter entrado nas obras a realizar no âmbito dos prejuízos municipais causados pelos incêndios, e a culpa não foi minha, como sabes mas, de qualquer maneira, temos que resolver esse problema e lançar a obra rapidamente.

Depois, quero agradecer ao Deputado Francisco Garcia, a propósito do depoimento dele, e até por ser uma pessoa distanciada da igreja. Como eu disse, todos poderão ver o protocolo.

Relativamente aos estradões, quero dizer aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que quando chegarmos ao Ponto da Ordem do Dia referente ao vosso subsídio, teremos que criar uma estratégia entre nós porque trago uma ideia nova e preciso de vos fazer um desafio.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigada Sr. Presidente da Câmara Municipal, ficámos bastante esclarecidos com os seus comentários.

Passamos agora ao Período da Ordem do Dia. No Ponto I da Ordem do Dia, referente à informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, há um tema que foi considerado importante dar a conhecer aos Membros da Assembleia Municipal e peço ao Sr. Presidente da Câmara

Municipal que faça a apresentação. Este tema tem a ver com uma iniciativa de natureza cultural que está em curso no nosso Município e que é importante que congregue a vossa participação em termos de divulgação junto de todas as áreas e comunidades que representam.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, deu a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaríamos de partilhar com todos o filme que a Câmara Municipal se predispôs a recolher junto dos cidadãos Oliveirenses.

Deixar aqui o repto de que esta candidatura ao Verbo dos Arguinhas, apesar de termos aqui Juntas de Freguesia que estão mais ligadas a este dialecto, deve ser entendida como uma candidatura do Concelho já que conseguimos ser apurados a nível regional. Estamos na fase regional, e tudo depende agora, na seguinte fase, da votação telefónica porque é assim que funciona este Programa as Sete Maravilhas no qual já participámos também aquando do Queijo Serra da Estrela. É um pouco à semelhança do que aconteceu nessa época.

Pedir e apelar a todos que nos ajudem não só a promover este dialecto a nível concelhio mas também desafiar todos aqueles que possam estar noutros Concelhos e que nos vossos empregos o façam também. Assim como todas as Juntas de Freguesia e obviamente que também vamos direccionar o apelo de voto a todos os emigrantes que nos estejam a ouvir e a ver para que possamos alcançar a melhor votação e o melhor lugar na fase seguinte.

O Paulo Leitão esteve a captar as imagens e é o responsável pela produção deste filme promocional e, por isso, peço-lhe que me ajude a passar este filme para que todos o possam conhecer. Este filme promocional fica em espólio e depois dá-lo-emos a todas as Juntas de Freguesia para poderem também ajudar-nos a promover este dialecto que é de todos.”

Depois procedeu-se à projecção do filme promocional Verbo dos Arguinhas no âmbito da candidatura ao Programa Sete Maravilhas.

De seguida foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Para concluir: Obrigada pela vossa atenção. Com este filme relembrámos Vasco de Campos e Francisco Correia das Neves.

Deixar aqui um agradecimento ao Sr. Padre Borges por todo o incentivo que ao longo destes anos tem dado ao Verbo dos Arguinhas para que se mantenha vivo este dialecto. Agradecer ainda ao Agrupamento de Escolas porque este dialecto é ensinado já há cerca de quatro anos aos alunos do Primeiro Ciclo. Agradecer também a todas as Juntas de Freguesia que nos ajudaram a encontrar estas pessoas porque, como devem calcular, não é fácil encontrar pessoas que falem de uma forma mais à vontade perante as câmaras de filmar. Agradecer ainda à Dra. Paula Frade que acompanhou o Paulo Leitão na recolha destas imagens.

Agradecer também à Sra. Presidente da Assembleia Municipal pela oportunidade que nos deu de apresentar este filme promocional e de lançar aqui o desafio para que todos votem. Depois serão anunciadas pelas redes sociais as datas da votação bem como o número de telefone.

Vou arriscar-me dizendo uma frase com o Verbo dos Arguinhas, com a ajuda do Sr. Vereador Nuno Ribeiro que é de Nogueira do Cravo e já percebe este dialecto melhor do que eu. Desafio-vos a fazerem o seguinte: “*Vamos farfanhar ou fangunhir ancho para os Verbos dos Arguinhas serem granjoilos*”. A tradução é a seguinte: Vamos todos juntos trabalhar muito para podermos ganhar e para tornar maior o dialeto dos arguinhas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos alertar as pessoas, dentro da nossa rede de influências, para que a votação nos permita idealmente ganhar.

Quero partilhar convosco que há um conjunto de termos que aprendi e eram utilizados pela minha mãe e pela minha irmã e que fazem parte da nossa linguagem. Como sabem a diversidade da linguagem é um enriquecimento e compete-nos, seja de forma escrita, seja de forma falada, não a deixar esquecer e apoiar esta iniciativa.

Quero fazer ainda a seguinte pergunta: Esta linguagem dos arguinhas é só do Concelho de Oliveira do Hospital ou é de uma região?”

De seguida foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“O livro do Dr. Francisco Correia das Neves não foca, em termos históricos, de onde veio o Verbo dos Arguinias.

De facto, o Concelho de Oliveira do Hospital é aquele que ainda tem algumas pessoas que falam o Verbo dos Arguinias. Este dialeto é do Concelho de Oliveira do Hospital, predomina em sete localidades, cinco freguesias.

O que nós queremos mesmo é o seguinte: Já que chagámos a este patamar a nível regional e estamos-nos a igualar nesta candidatura das Sete Maravilhas ao Fado de Coimbra. A nível regional temos o Fado de Coimbra a competir connosco para alcançar maior votação.

Portanto, é preciso um grande movimento e é por isso que era importante vir aqui à Assembleia Municipal fazer este apelo ao voto, uma vez que estão aqui as forças representativas do Concelho, para nos ajudarem a conseguir angariar o maior número de votação. Isto, também é uma oportunidade, sem dúvida alguma, para que o Concelho de Oliveira do Hospital seja conhecido como o principal promotor, tal como já é conhecido hoje como o principal produtor do Queijo Serra da Estrela, também nós queremos ser conhecidos agora como o principal promotor, divulgador e preservador do Verbo dos Arguinias. Portanto, é mais uma âncora, mais uma fonte de riqueza cultural e de cultura popular que ajuda a identificar Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar uma nota aos Srs. Deputados relativamente a algumas obras e queria dar aqui a seguinte notícia: O Campus Educativo de Oliveira do Hospital tem financiamento de 85 %. É a maior obra e a mais cara de sempre que se vai fazer em Oliveira do Hospital que custa cinco milhões e seiscentos e quarenta mil euros. Esta obra está adjudicada à empresa Fonseca & Fonseca de Oliveira do Hospital. Esta é a boa nova. Com a construção deste Centro Escolar executaremos outras obras que vão requalificar todo o trânsito com uma variante para a Zona Industrial.

Queria também fazer um balanço de todas as obras: A requalificação da Casa da Cultura e do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas tem estado num ritmo baixo mas tem avançado. É uma obra que neste momento está perto dos dois milhões de euros; A requalificação da parte envolvente da Central de Camionagem é uma obra que está adjudicada em perto de um milhão de euros; A requalificação do Centro Histórico, já temos a adjudicação toda feita. Esta obra foi dividida em quatro lotes. A empresa Amadeu Gonçalves Cura ganhou

dois lotes, o B e o C, e a empresa Manteivias ganhou os outros dois lotes, o A e o D. Os lotes B e C já têm o visto prévio do Tribunal de Contas e aguardamos o visto para os lotes A e D para começarmos as obras que têm de ter uma grande coordenação. Esta obra está adjudicada por três milhões, cento e sessenta mil euros; A reabilitação do Bairro João Rodrigues Lagos está a decorrer e custar trezentos e cinquenta e nove mil euros; A requalificação da Rua Virgílio Ferreira e Alexandre Herculano que está numa fase terminal e custa oitocentos e cinquenta e três mil euros; A obra de recuperação e valorização do Parque dos Marmelos que custa setecentos e noventa e oito mil euros; A expansão sul da Zona Industrial que está adjudicada por dois milhões, cento e setenta e sete mil euros e não entra aqui a aquisição de terrenos que acreditamos que pode ir para perto dos oitocentos mil euros; Também tivemos as obras dos danos Municipais e que acabámos de fechar com um milhão, setecentos e setenta e seis mil euros; A Escola Secundária de Oliveira do Hospital que está adjudicada à empresa Santovaiense e que custa um milhão trezentos e seis mil euros; A Casa Amarela e as Ruínas da Bobadela estão numa empresa da Bobadela e custa quinhentos e quarenta e dois mil euros; O arranjo dos espaços envolventes da Igreja São Pedro de Lourosa também decorrem com um custo de duzentos e oitenta mil euros; Também, como já disse, temos uma candidatura para obras de saneamento e abastecimento de água no valor de um milhão e oitocentos mil euros que está pendente; A Av. 21 de Junho em Lagares da Beira com um custo de duzentos mil euros.

Sinto-me cansado de ler mas isto cansa muito mais este Executivo e toda a sua equipa da Câmara que torna possíveis estas obras porque, como perceberam, estas obras só são possíveis porque têm participação do Quadro Comunitário. Nós não teríamos capacidade financeira para fazer nem uma décima parte.

Fora disto, há aqui uma verba que não deixarei de dar aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia porque, na minha opinião, é uma maneira decente de fazer política. Há pessoas que acham que o Presidente da Câmara Municipal não devia entregar esse dinheiro às Juntas de Freguesia, mas não é aquilo que eu penso. Eu penso que é uma forma de dignificar e valorizar as Juntas de Freguesia, os seus Presidentes e as suas equipas. Acredito também que quando chegarmos ao final deste mandato a verba que entregaremos às Juntas de Freguesia, resultado de um esforço suplementar, rondará à volta de três milhões e meio a quatro milhões de euros. É uma verba bem significativa. Isto prende-se

muito também com a capacidade de angariação das verbas do Quadro Comunitário, como vocês sabem.

Também poderemos olhar para as contas que estão aqui apresentadas até 30 de maio. Por exemplo, na rubrica de fornecedores o nosso prazo de pagamento em 31 de dezembro de 2018 era de nove dias e, na última publicação da DGAL no Diário da República, a 31 de dezembro de 2019 o nosso prazo de pagamento a fornecedores é de oito dias. Isto tem muito a ver com a pressão que o Presidente da Câmara faz nos serviços mas também com a própria dinâmica da Contabilidade e acredito que agora com o teletrabalho as coisas podem ter derrapado ligeiramente.

A situação financeira da Câmara Municipal continua muito equilibrada. Bastaria olharmos também para o quadro dos empréstimos e no global a Câmara Municipal deve neste momento à volta de quatro milhões de euros e nós sabemos que já tivemos um empréstimo de dois milhões de euros, que estamos a amortizar, e um empréstimo de cinco milhões de euros que já está em cerca de dois milhões de euros. Temos vindo a fazer uma forte diminuição.

Estamos também a negociar o aumento da comparticipação de algumas obras. A obra da zona histórica é uma obra complexa é uma obra que não é boa para fazer no tempo das eleições porque vai trazer alguns problemas às pessoas que vivem ali, como vocês sabem. São obras que têm uma determinada complexidade até pelo seu volume e, por isso, é preciso articular muito bem para que aquelas pessoas não sejam prejudicadas nos seus negócios porque o objectivo também é claro, é devolver uma dignidade que hoje não tem o Centro Histórico e para tentar trazer gente para ali.

Esta informação era para vos dar conta deste trabalho que não é meu e que é o trabalho de uma equipa onde o Presidente é o maior beneficiado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal elencou-nos uma série de obras e de realizações no Concelho. São obras que têm sido referidas anteriormente. Folgo em saber, e isso é um dado importante, que todas essas obras, ou praticamente todas, poderá haver aí alguma pendente de vistos e de algum financiamento que por ventura ainda não esteja assegurado e que possivelmente virá a estar, de qualquer forma, dizer que Oliveira do Hospital, e isto é bom que fique muito bem claro para toda a gente, até porque os Oliveirenses vão ver e

vão-se aperceber de tudo isso. Oliveira do Hospital vai ser completamente diferente. Aliás, tem vindo a ser completamente diferente, mas vai também, depois de tudo isto, passar a ser um Concelho, completamente diferente a partir do momento que este Executivo entrou dentro da Câmara Municipal.

Obviamente que o que está aí plasmado reflete trabalho, reflete esforço, reflete visão futura para a nossa cidade e para o nosso Concelho e reflete fundamentalmente, porque isso é que é importante para as pessoas, o bem-estar, o cada vez maior bem-estar dos Oliveirenses.

Eu, muito sinceramente, depois de termos vindo a assistir ao longo destes anos àquilo que este Executivo Municipal tem feito pelo nosso Concelho, eu perguntaria, e lançaria esta questão para toda a gente pensar: Daqui a cerca de um ano vamos ter novas eleições autárquicas, O Sr. Presidente da Câmara Municipal não vai ser candidato, já cá não irá estar como Presidente da Câmara Municipal. Não sabemos quem virá a seguir, mas uma coisa tenho a certeza, quem vier a seguir, seja lá quem for, vai ter uma tarefa extremamente facilitada para o futuro. Isto é claro. Eu acho que ninguém que esteja de boa-fé tem qualquer tipo de dúvidas quanto a isto porque todos nós que estamos aqui, ou pelo menos a grande maioria dos que estamos aqui, temos vindo a assistir desde dois mil e nove, desde a entrada deste Executivo dentro da Câmara Municipal, o que tem vindo a ser a grande transformação do Concelho de Oliveira do Hospital em todos os aspetos. Este Executivo preocupou-se não somente a olhar para o sector A ou o sector B. Desde a cultura, desde as obras físicas que têm sido muitas e irão continuar a ser, desde o desenvolvimento económico, desde o ambiente. Tudo isto tem sido objecto de grande atenção por parte deste Executivo Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, há um voto que eu faço, eu sei que o tempo é curto e todos os constrangimentos que nós tivemos particularmente neste último mandato, e os Senhores que estão no Executivo da Câmara Municipal, com todos os constrangimentos que existiram, obviamente, se calhar, algumas destas obras não irão estar todas prontas, seguramente que não, no final deste mandato.

Foram elencadas uma série de obras e eu não estive a apontar os valores mas penso que o Presidente da Câmara terá uma ideia de quanto tudo isto representa, quanto é que isto representa em termos de investimento Municipal?"

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O total das obras andariam à volta de vinte e um milhões de euros. É um número que nunca ninguém atingiu em Oliveira do Hospital, mas isso tem a ver, como eu disse, com a capacidade de captar investimento. Há aqui até investimentos que estão neste momento plasmados com financiamento de 65 % e acabámos de fazer a reprogramação, estamos a aguardar ainda para os passarmos para os 85 %.

Porque é verdade o que disse o Sr. Presidente da Junta, Carlos Maia. É preciso situarmo-nos. Os incêndios ajudaram-nos a desfocar de algumas coisas que eram fundamentais em termos do Quadro Comunitário e este Executivo fez uma opção que foi acompanhar as pessoas e desfocar um bocado e, por isso, é que vem este volume todo, não por uma estratégia eleitoralista, como percebem, mas por essa necessidade dessa desfocagem.

Por outro lado o Campus Educativo, era um problema conquistar estes 85 % de financiamento e também foi um processo muito complicado. Mas isto realmente atrasou-nos, depois veio o desemprego, depois veio a falta de empresas, os preços base já tinham sido ultrapassados e, tudo isso, trouxe-nos prejuízos porque, mesmo assim, nós ainda poderíamos ter chegado, na minha opinião, mais além. E não é uma questão de ser ambicioso demais. Se tivéssemos um mandato normal eu acredito que nós poderíamos ter mais um conjunto de obras financiadas. Ainda esta semana foi feita a reprogramação daquela via municipal que vai passar a ligar a Escola à Zona Industrial, na zona do Estaleiro Municipal, é uma obra de um milhão e meio de euros e estamos agora a tentar ainda fazer a reprogramação da Zona Industrial que tem 85 %, como sabem, e estamos a tentar reprogramar para tentar ir buscar 85 % deste milhão e meio de euros. Se tem acontecido anteriormente nós tínhamos conseguido mais porque houve algum dinheiro que sobrou e houve pessoas que estavam mais adiantadas nestas obras e, por isso, foi preciso um grande esforço nesta reprogramação financeira. Ainda estamos a lutar por umas obras que estão ao nível de 65 % porque estavam perspectivadas custar um preço e depois custaram mais. Estamos a tentar recuperar isso nas reprogramações.

Acho que é um esforço também de consciência, é um trabalho de uma equipa, não é do Presidente da Câmara Municipal, é do Executivo em permanência e também da equipa que me acompanha, que faz todo este trabalho das candidaturas. E, por isso, queria deixar-vos esta nota.

Também, deixem-me dizer, não estou preocupado que as obras sejam inauguradas no meu tempo, não estou preocupado com isso. Talvez a obra que eu gostasse de inaugurar no meu tempo pela sensibilidade que tenho na área, e

porque sou um homem que venho da área da Educação, como vocês sabem, seria este Campus Educativo mas não é importante que seja eu a inaugurar. Dificilmente com estes atrasos do visto do Tribunal de Contas serei eu mas, sem dúvida nenhuma foi este Executivo em permanência que conseguiu sonhar, e também a Sra. Vereadora e este Executivo sonharam com aquele Campus Educativo. O importante é depois de sair da Câmara ter saúde para continuar a viver e ver crescer os meus netos.”

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Aldeia das Dez, como apoio à aquisição de um trator, no montante de 9.425,28 € (nove mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e vinte e oito cêntimos).

Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Travanca de Lagos, como apoio às obras de requalificação do Muro "Largo dos Tanques", sito no Zambujeiro, naquela freguesia, no montante de 5.420,00 € (cinco mil, quatrocentos e vinte euros).

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, claro que o PSD vota favoravelmente e revê-se neste tipo de ajuda às Juntas contudo, sabemos que já foram atribuídos vários tractores e utensílios às nossas Juntas de Freguesia.

Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se é uma política do Município e se vamos ajudar com estes bens materiais sempre que as Juntas de Freguesia assim o necessitem e o peçam à Câmara Municipal?

A Câmara Municipal vai continuar com esta política que tem vindo a ter até aqui, e que o PSD tem votado favoravelmente, na atribuição dos utensílios para limpeza de bermas bem como tractores e outros utensílios necessários para as Juntas. Se vamos continuar com esta política desde que todas as Juntas de Freguesia que necessitem e que o peçam se nós vamos também apoiar?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui, como é lógico, não é agradecer mas sim demonstrar o quanto se é sensível a estes problemas das Juntas de Freguesia. Os apoios que tem dado de uma forma generalizada talvez nos venha a beneficiar neste momento, eventualmente já outros foram beneficiados.

Aldeia das Dez passados quarenta anos da democracia não tinha sequer um trator para poder tirar o lixo nas ruas estreitas. O lixo era tirado à mão dos caixotes lá existentes porque o Camião do Lixo não passava e era colocado na nossa carrinha e, à mão, seria posto nos contentores gerais.

Este trator veio dignificar o trabalho dos nossos colaboradores e o meu próprio trabalho porque, muitas das vezes, tenho que ser eu a executá-lo devido à falta de pessoal para executar essas tarefas.

Obrigado por nos ter ajudado. Essa participação que o Senhor nos deu foi respeitante a 50 % do valor do trator e deu-nos um alívio muito grande. Vamos poder utilizá-lo noutras tarefas tais como a limpeza das bermas dentro das limitações porque não comprámos um trator, comprámos um tratorzinho para minimizar e para solucionar alguns dos nossos problemas porque aquele trator, infelizmente, não vai solucionar aquilo que eu também gostaria de ter e que era um trator com braço, um trator que levasse uma capinadeira que nos permitisse limpar as bermas pelo menos até um metro e vinte e aquele não faz isso e mal se arrasta para levar um destroçador de duzentos quilos.

Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara Municipal por esta ajuda.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de dar esta nota, até porque, como se percebeu, aqui não há Juntas de Freguesia do PS, nem há Juntas de Freguesia do PSD, nem há Juntas de Freguesia da CDU. Aqui há Juntas de Freguesia que são todas nossas.

Também deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado João Brito que eu no domingo estava em Avô com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e quem estava a tomar conta do bar disse-me o seguinte: “*Sr. Presidente, ali em Pomares a Câmara de Arganil paga os Nadadores Salvadores. O Senhor não paga os Nadadores Salvadores porquê? Também devia pagar.*”

E eu disse ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que estava ao meu lado, que se ele quisesse eu pagava os Nadadores Salvadores mas tirava o subsídio de dez mil euros que é para essas despesas.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô, que é do PSD, disse não, não, é melhor ficar com os dez mil euros.

Quero dizer-lhe o seguinte: Estes apoios pontuais são apoios negociados com os Presidentes de Junta de Freguesia e têm que ter objectivos claros.

Em Aldeias das Dez há ali um problema no transporte do lixo reciclado porque o carro que retira o vidro, o papelão e o plástico não pode passar na ponte por causa da sua tonelagem e eles só têm tirado o vidro porque utilizam um carro mais pequeno. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez tem tido uma serie de problemas e depois há outros lixos e ele tem que utilizar esse trator mais pequeno e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tem sido inexecedível neste trabalho. Também quero dizer que ele tem feito muito mais do que ser Presidente de Junta tem executado tarefas como se fosse um operário da Câmara e mete-se dentro dos caixotes para tirar o lixo e eu não quero isso porque os serviços da Câmara têm que ajudar até porque Aldeia das Dez está nas redes das Aldeias de Xisto. O Sr. Presidente de Junta tem um brio enorme na sua Freguesia e no trabalho que faz. Eu como Presidente da Câmara Municipal agradeço-lhe e admiro-o.

Eu vou propor aos Presidentes de Junta de Freguesia uma metodologia nova na atribuição do subsídio de duzentos e cinquenta mil euros. Vou fazer-lhes desafios diferentes e depois já explicarei.

Em Travanca de Lagos, nós ajudámos a pagar um trator mas a Junta já nos compensou porque nós pagamos a uma empresa trezentos euros por cada quilómetro de limpeza na berma das estradas e, por isso, as Juntas fazem-nos o trabalho, como a Junta de Freguesia de Penalva que também faz aquela zona e nós vamos equilibrando isto.

Os Presidentes de Junta têm uma grande autonomia sobre aquele subsídio de dez mil euros que é dado geralmente em janeiro ou fevereiro e este ano com a pandemia não vão realizar os eventos e eu não tirei o subsídio.

Temos que valorizar o papel das Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia têm muitas dificuldades e também terá que haver uma filosofia nova na junção das próprias Juntas e dos meios mecânicos e não é preciso cada um ter o seu trator e podemos pensar numa perspectiva mais aglutinadora de desenvolvimento porque as Juntas, hoje, também têm mais desafios e também não vale a pena enganarmo-nos porque, hoje, as pessoas estão muito mais

exigentes com os Autarcas das Freguesias. Os Autarcas das Freguesias são os que estão mais à mão e depois vêm logo os da Câmara Municipal, os membros do Governo são os que estão mais distanciados das pessoas.

Hoje qualquer pessoa publica uma fotografia, e até de algumas coisas que não são da nossa responsabilidade, porque há uma rua com umas ervas.

Eu começo a ter preocupações, se os autarcas querem ir para as Juntas de Freguesia, e o papel deles é elevado e significativo. O trabalho coletivo do Concelho também não se poderá medir isoladamente com o desempenho do Executivo mas terá que se medir com todo este trabalho coletivo de todos os Presidentes de Junta porque nós todos é que formamos o Concelho, e é importante termos essa noção. A noção de que o Presidente da Câmara Municipal não é o Rei e Senhor e faz tudo, e que é o Deus. E não pode ser Deus porque queriam-me beatificar e eu não tenho jeito para ser santo porque tenho muitos pecados e também sou sincero os santos estão todos no Céu e eu ainda quero ver se ajudo a criar os meus netos e quero cá andar uns anos e, por isso, não quero a beatificação.

É importante este papel dos Presidentes da Junta e a forma como eu e os meus Executivo vimos as Juntas de Freguesia e, deixem-me também dizer, foi uma pedrada no charco que fará a diferença daquilo que foi o passado recente no Concelho de Oliveira do Hospital, e isto não é crítica nenhuma porque foram métodos e modos de trabalhar. Nós achamos que as Juntas de Freguesia têm um papel determinante e, hoje, ser-se Presidente de Junta de Freguesia, também vos digo, é muito difícil, seja em Avô, seja em São Gião, seja no Seixo, seja no Ervedal, seja em Lagares, é difícil! A exigência das pessoas, hoje, aumentou brutalmente. Nós sabemos o que os Presidentes de Junta sofrem para fazer o seu melhor e, por isso, quero agradecer-vos. Este trabalho é um trabalho coletivo que depois se soma e no final se vê se houve um bom trabalho no Concelho, ou não. Aquela ideia de que um homem só faz o Concelho, não é verdade!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Aldeia das Dez, como apoio à aquisição de um trator, no montante de 9.425,28 € (nove mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e vinte e oito cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Travanca de Lagos, como apoio às obras de requalificação do Muro "Largo dos Tanques", sito no Zambujeiro, naquela freguesia, no montante de 5.420,00 € (cinco mil, quatrocentos e vinte euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Mercado Municipal - Isenção de Tarifas.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto IV, como sabem, são retificações. Foram tomadas deliberações na Câmara Municipal derivadas desta Lei e que hoje vêm à Assembleia Municipal.

Têm visto que a Câmara Municipal tem autorizado a colocação de esplanadas nos espaços públicos com isenção de taxas. A intenção desta medida é a retoma da actividade económica e a defesa da saúde pública. Oliveira do Hospital até fica mais engraçada com estas esplanadas e com as pessoas ao ar livre.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Mercado Municipal - Isenção de Tarifas, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto V - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Reabertura dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, Licenciados no Município - COVID-19 - Medidas de Apoio à Atividade Económica.

Ponto VI - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Apoios Sociais - Água e Saneamento - COVID-19.

Ponto VII - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Proposta de Isenção de Tarifas - Feira.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estes Pontos estão relacionados com medidas de apoio no âmbito da pandemia Covid-19. O Ponto VI é relacionado com os apoios sociais aplicados no consumo de água e saneamento. Há um documento que vos foi facultado e que já foi rectificado. O documento que acompanha o Ponto VI tem uns cálculos mal feitos e, por isso, houve outro documento que o substituiu com outras contas. Tenho aqui a informação das águas e vou explicar o que se fez no apoio do consumo de água: A diminuição da receita das águas no mês de abril é de quarenta mil, noventa e oito euros e quarenta e três cêntimos, em maio foi de trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos. Esta receita é comparticipada pelo orçamento municipal numa contra própria de águas. Isto é a receita que não foi cobrada.

Foi pedido um parecer à ERSAR e a ERSAR deu um parecer negativo à nossa proposta. A ERSAR está a levantar alguns processos a Câmaras que isentam tudo. A nós não nos levantaram processo nenhum mas disseram que não foi correta a nossa metodologia porque quem deveria ser beneficiado com a isenção das tarifas da água e de saneamento deviam ser só as pessoas que tiveram perdas de rendimento. E faz sentido. A ERSAR deu-nos só dois meses, disse que a aplicação deveria ser de dois meses e agora já pedimos o mês de maio. Nós não fizemos como algumas Câmara que anularam tudo. Aquilo que nós fizemos foi o seguinte: A água é um bem precioso e nós, quer queiramos, quer não, temos que a utilizar com parcimónia e temos que a utilizar com cuidado. A água tem um valor enorme, como vocês sabem, e, por isso, o que é que nós fizemos, e é preciso também perceber, a Câmara Municipal não isentou 50 % da fatura.

Como disse a ERSAR só nos deu autorização até abril e maio eu agora pedi mais um complemento de maio.

Em abril os apoios foram de quarenta mil euros, em maio de trinta e nove mil euros e o de junho vai aumentar ligeiramente, vai andar pelos quarenta e três ou quarenta e quatro mil euros. Isto andarà à volta de cento e vinte mil euros, este desconto, também ainda é algum dinheiro.

Mas, fora disso, também é preciso dizer que a Câmara Municipal em dois mil e vinte teve que injectar na conta da água à volta de setenta mil euros porque a ERSAR obriga-nos a ter contas da água separadas porque eles fiscalizam e temos que fazer o reporte financeiro todos os meses porque eles controlam muito. A ERSAR diz que a fatura da água, saneamento e lixo tem que ser sustentável, é um princípio que têm e que perseguem.

Como vocês sabem, nós temos tarifas sociais e nessas tarifas sociais a Câmara tem que ir ao seu orçamento e pagar essas tarifas sociais, aquilo que foi descontado aos munícipes nas faturas da água. Isto é o nosso Orçamento Municipal paga as tarifas sociais.

As tarifas sociais, as IPSS, as Juntas de Freguesia, pagam 50 % da fatura. Com as tarifas sociais e as IPSS, no ano de 2019, a Câmara Municipal teve que subsidiar a conta da água com cerca de setenta mil euros, só para perceberem a ginástica que aqui está. Isto não é só nós querermos baixar o IMI, queremos baixar tudo e depois eu não tenho nenhuma máquina de fazer dinheiro porque nós também temos que ter opções. Se queremos ter as Bolsas de Estudo com uma verba de cinquenta mil euros, como foram distribuídas este ano, como temos o Projecto Casa Digna, como temos os apoios à reconstrução das Segundas Habitações danificadas pelos incêndios sem recorrermos a nenhum empréstimo, como temos os incentivos à natalidade.

Por isso, devemos todos ter responsabilidade política em mantermos as contas da Câmara Municipal com rigor e transparência e também é um princípio que eu aplico na minha vida e ninguém me leva a mal por uma pessoa o aplicar. É lógico que o endividamento não é mau, desde que ele seja sustentado. O endividamento é bom desde que ele seja sustentado. Agora, não contem comigo para pôr a Câmara Municipal de pernas para o ar, virada ao contrário. Vejo aí muitas Câmaras Municipais a fazerem muitos fogos de artifício e depois sei o resto. Não contem comigo para isso. É este rigor que eu quero enquanto eu for Presidente da Câmara Municipal e aquilo que eu mais preso também é o meu nome e honrar os meus pais que já partiram.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente às tarifas da água queria dizer o seguinte: Nas tarifas da água, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal explicou, a ERSAR dá parecer mas quem tem competência para aprovar as tarifas é o Município. A ERSAR só tem competência para aprovar as tarifas dos sistemas em alta que são concessões. As Câmaras Municipais têm é que calcular as tarifas com os mesmos critérios em todo o País porque há um regulamento.

Portanto, o método de cálculo é o mesmo para permitir comparar e promover a eficiência. Para que se vá através dessa comparação identificando porque é que um Município equiparado a outro chega a um valor, às vezes, bem diferente. Essa comparação é por Lei absolutamente imperativa.

A competência de aprovação do valor da tarifa é do Município e o Município pode praticar uma tarifa mais baixa do que o valor que resultou do cálculo, e tem legitimidade para isso.

Também aqui foi dito que os Municípios, depois, têm é que fazer as suas contas para serem financeiramente sustentáveis e, por isso, toda esta necessidade de fazer estas contas e estas transferências.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um esclarecimento acerca do Ponto VI. O Sr. Presidente da Câmara Municipal já disse que estes dados que nos foram entregues não estão corretos mas queria saber o seguinte: Esta situação é só para três meses e, face ao pagamento de 50 % do consumo que já veio reflectido na fatura, eu queria saber se houve, ou não, aumento exponencial do consumo da água?

Como a fatura é reduzida para 50 % há a tendência dos Municípios gastarem mais e, por isso, queria saber se já há dados sobre isso.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Acerca destes Pontos IV, V, VI e VII, importa dizer o seguinte: Renova-se a circunstância de estarmos numa Câmara Municipal solidária, atenta às necessidades do Concelho, e, acima de tudo, disponível a auxiliar quem acabou por ver as suas fontes de receita diminuídas consideravelmente. Muita gente a lutar para pôr a comida na mesa, pagar rendas, pagar empréstimos, e vendo agora a sua atividade comercial altamente limitada.

Neste sentido, em primeiro lugar, os meus parabéns e, em segundo lugar, e especificamente acerca do Ponto V, quero propor um desafio. A reabertura dos estabelecimentos de restauração e bebidas e as isenções no que toca às esplanadas, tudo isto é óptimo. O meu desafio é, se calhar, tentar levar isto um bocadinho mais à frente para que quem esteve tanto tempo fechado possa, se calhar, trabalhar um bocadinho mais, aumentar o horário de funcionamento, nem que seja pontualmente determinados bares e restaurantes em função da sua zona geográfica. Lembro-me, assim de repente, do bar da Ilha do Picoto que não casas por perto. Se calhar até a possibilidade de promoção de festas. Sei que algumas entidades de bares e restaurantes tinham interesse em associar-se e fazer actividades conjuntas.

Acima de tudo, mostrar mais abertura a estes pequenos empresários que estão literalmente com grandes dificuldades e, aqui, podemos auxiliar um pouco a retoma porque estes empresários também lutam para aquilo que é o nosso PIB.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que as Juntas têm a tarifa social de 50 % mas eu nunca concordei que seja só na água. Não sei se os Srs. Presidentes de Junta já se aperceberam, e eu já debati muitas vezes essa situação e, nunca ninguém esclareceu, porque é que para as Juntas de Freguesia inclusivamente os Cemitérios, o Campo de Futebol, a tarifa dos resíduos sólidos é de nove euros e setenta e oito cêntimos quando um doméstico é de cerca de quatro euros e setenta cêntimos.

Eu aceitava que fosse 50 % no total da fatura e nunca concordei com a situação porque se a Junta de Freguesia gastar um metro cúbico de água o desconto é zero e se gastar dois metros cúbicos de água, descontam-me um metro cúbico, o desconto é de sessenta e cinco cêntimos.

O que nunca ninguém explicou, e pode ser que hoje saia daqui esclarecido, porque é que as Juntas de Freguesia e os Cemitérios, pagam de tarifa dos resíduos sólidos nove euros e setenta e oito cêntimos e um consumidor doméstico paga cerca de quatro euros e setenta cêntimos?”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Estas três medidas mostram, mais uma vez, que o nosso Município está atento, tem cariz social e cumpre as regras existentes. Nós vimos muitas autarquias que apareceram aí nos jornais e na televisão a tomarem medidas avulso. Aqui são medidas efectuadas com cabeça, tronco e membros.

Só quero realçar o espírito social da nossa Câmara Municipal desde o primeiro mandato do Sr. Presidente.

Dizer ainda que os consumos de água naturalmente que aumentaram porque as pessoas estavam em casa confinadas e, por isso, não sei como é que se vai distinguir o que é o aumento inerente ao confinamento ou o aumento porque a água é 50 % mais barata, e até porque esta decisão foi posterior.

Pagamos as coisas de duas maneiras: Queremos as coisas mais baratas mas depois pagamos nos impostos e pagamos ainda de outra maneira porque quando temos esses descontos deixamos de ter investimento em obras e a autarquia não pode fazer as obras que nós necessitamos e também não podemos querer este mundo e mais o outro.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que fizeram perguntas interessantes.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, se ninguém lhe explicou eu vou explicar, hoje, a si e a todos os que aqui estão, mas primeiro vou responder ao Deputado João Esteves que fez uma pergunta que faz sentido.

Será que com o confinamento se gastou mais água ou menos água? Esta era a pergunta do Deputado João Esteves.

Vocês reparem, gastou-se com o desconto cerca de quarenta mil euros em abril, e em maio o desconto tinha sido de cerca de trinta e nove mil euros e depois em junho a estimativa é para aumentarmos para quarenta e três mil euros.

Percebe-se logo que de abril para maio houve uma redução no consumo e no mês de junho o consumo aumenta muito pouco. Percebe-se que, apesar das pessoas estarem confinadas, não houve um consumo excessivo de água.

Queria também dar uma nota que tem a ver com o que o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano, diz: Eu não tenho a certeza mas estou convencido que a fatura da água das Juntas de Freguesia, dos Bombeiros, das IPSS, que têm o mesmo princípio. Têm 50 % de desconto na água e saneamento e na tarifa de resíduos urbanos não há nenhum desconto. Eu vou explicar porquê ao Sr. Luciano porque ele é um bom gestor e, como gestor

financeiro, eu tiro-lhe o chapéu e, por isso, ele conhece estes pormenores ao “tostão”, e também lhe dou os parabéns por isso e porque é um homem rigoroso nas contas e não deixa passar nada.

Nós temos ainda um problema contra a Lei em relação aos resíduos porque nós temos, mais ou menos, entre cem a cento e vinte mil euros de prejuízo na recolha dos resíduos sólidos urbanos. Isto é, nós precisamos de aumentar a separação dos lixos porque esse não nos custa dinheiro. No lixo indiferenciado, aquilo que nas aldeias muitas vezes acontece é metem os toros das couves dentro do caixote do lixo e aquilo é tudo pago à tonelada. A tonelada do lixo fica-nos a perto de setenta e cinco euros, e o lixo dá neste momento à volta de cem a cento e vinte mil euros de prejuízo.

Também diria que o saneamento ainda nos dá prejuízo apesar de termos vindo a melhorar.

Gostaria de vos recordar, se algum sector da Câmara Municipal foi bem estruturado desde que eu cheguei à Câmara Municipal foi o sector da água, e os Srs. Presidentes de Junta sabem disto porque têm respostas rápidas, e estou com um problema porque vão reformar-se três ou quatro pessoas do sector da água que são pessoas que conhecem a rede e já andam ali há vinte ou trinta anos.

Como sabem houve muita questão por causa dos aumentos da água em Oliveira do Hospital, nós partimos com um défice em que o intervalo era entre um milhão de euros e um milhão e quatrocentos mil euros.

Qual é o problema que eu penso que ajudei a resolver antes da Assembleia Geral das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, Eu tive uma reunião com o Sr. Presidente, até por acusa das ligações técnicas que faltavam, e disse-lhe que nós continuávamos com um problema. Quando chove muito, às vezes, pagamos mais de saneamento do que pagamos de água. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que temos mais água nas nossas ETAR do que aquela que nós compramos. E porquê? Por causa das chuvas que se introduzem na rede das águas pluviais. Se virem hoje também nas contas nós temos um diferendo de quatrocentos mil euros. Ele disse-me que já arranjou uma forma de resolver este problema.

O Saneamento também nós dá prejuízo em alguns meses.

Quanto mais água vendermos melhor porque quando passa para o segundo escalão a Câmara começa a ganhar dinheiro.

Precisamos de reduzir os resíduos. Precisamos de aumentar a reciclagem e diminuir o lixo indiferenciado porque era fundamental para estas contas.

Também quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião que o lixo que vem do Cemitério acho bem que pague porque quem recebe as receitas dos Cemitérios não é a Câmara Municipal e são as Juntas de Freguesia.

Não sei se sabem, mas as esplanadas já não eram pagas em Oliveira do Hospital porque este Executivo há uns anos quando houve a crise abdicou da receita das esplanadas. As esplanadas estavam isentas entre maio e outubro porque nos outros meses geralmente não colocavam as esplanadas.

Agora acho que devemos isentar as esplanadas até ao final do ano porque a retoma económica ainda está muito longe daquilo que era o negócio.

Os nossos feirantes ficaram sem os meios de sobrevivência, como vocês sabem. O mês de junho também está isento e a feira já está aberta. E, como disse o Deputado André, nós temos que ter noção e temos que deixar que estas pessoas recuperem até terem possibilidade de voltar a pagar.

A minha ideia é levarmos esta isenção até 31 de dezembro e depois faremos nova análise de acordo com o evoluir da situação da pandemia Covid-19. São receitas que nós prescindimos mas são apoios importantes porque aquelas pessoas sobretudo os feirantes perderam o rendimento do seu dia-a-dia e isto é dramático. Também é verdade que o PSD sempre votou favoravelmente os subsídios de emergência social que, às vezes, são para pagar rendas de casa, consultas médicas, medicamentos. Estes subsídios de emergência social são analisados pelo Gabinete de Ação Social e todos têm um relatório social que justifica o subsídio.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Reabertura dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas, Licenciados no Município - COVID-19 - Medidas de Apoio à Atividade Económica, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Apoios Sociais - Água e Saneamento - COVID-19, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação de atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação - artigo 7.º B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado a esta Lei pelo artigo 4.º da Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. Proposta de Isenção de Tarifas - Feira, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na conjugação do art. 21º da lei nº 2/2004, de 15 de janeiro e o art. 13º da lei nº 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de Designação do Júri para o Procedimento para Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Tinha uma Coordenadora de 3º Grau da Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial que entretanto pediu para sair e nomeei uma pessoa provisoriamente e agora estamos a abrir um concurso para este lugar.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na conjugação do art. 21º da lei nº 2/2004, de 15 de janeiro e o art. 13º da lei nº 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de Designação do Júri para o Procedimento para Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Investimentos de Capital 2020.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje o que vamos aqui aprovar é um subsídio para despesas de capital de forma genérica porque as obras só são negociadas depois desta aprovação.

Gostava de fazer um desafio aos Srs. Presidentes de Junta: Nós percebemos que os incêndios trouxeram-nos um problema nos caminhos rurais e a Câmara Municipal não tem capacidade e estrutura, neste momento, para lidar com ele.

O meu desafio é com os Srs. Presidentes de Junta, vamos reunir com o Gabinete de Apoio às Freguesias, e a Câmara Municipal tem que ficar só com os estradões que são principais. Isto é, aqueles estradões que são principais, a Câmara Municipal deve ser o responsável por eles.

Os outros caminhos as Juntas de Freguesia têm que fazer uma coisa e que pode ser mais fácil para todos e que é contratarem pessoas da Freguesia e metem dinheiro na economia local. Há muitos caminhos que têm troncos a atravessá-los e as pessoas nem têm acesso às suas propriedades, e as pessoas começam a ter uma certa idade e sabem o que é que acontece, começam a não ir porque esses caminhos não estão limpos.

Acho que uma parte deste dinheiro deve ser para vocês contratarem alguém que limpe os caminhos que precisam de ser limpos. A Câmara Municipal deve-se concentrar nos estradões principais e deve fazer esse trabalho. Deve haver um número de dias para esses estradões que deve ser negociado com o Responsável e Coordenador do Gabinete Técnico Florestal, Eng.º José Carlos Marques. Era este o desafio que eu queria fazer aos Srs. Presidentes de Junta porque de certeza que todos têm caminhos que precisam de ser limpos.

Acabei de contratar para limpar alguns caminhos pedestres que estão sinalizados uma empresa que me leva em alguns caminhos duzentos e cinquenta euros por quilómetro e em outros caminhos a trezentos euros por quilómetro. Os caminhos pedestres que estão sinalizados são da responsabilidade da Câmara Municipal.

Nós não temos meios para limpar determinados caminhos que têm pinheiros atravessados, antigamente, vocês sabem, não era preciso porque as pessoas conforme passavam cortavam os pinheiros e hoje isto não é assim.

Como disse, a minha perspectiva é que nesta negociação haja uma verba para vocês encontrarem pessoas que têm um trator, que têm um motosserra e que fazem este trabalho e vocês injectam dinheiro na economia local e nas vossas freguesias. Isto também é uma obra boa para que as pessoas tenham acesso aos seus terrenos e, por isso, deixava-vos este repto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto, todos os anos sistematicamente aqui vem, e ainda bem. É um dinheiro que faz parte de dois protocolos, um para despesas correntes e outro para despesas de capital ou investimentos. Eu não sei o que é que se passa com os outros Presidentes de Junta, eu sei o que se passa comigo e falo somente por mim: Todos os anos faço questão, e está aí o Coordenador das Freguesias, Prof. Daniel Dinis, que sabe que é assim, de assinar um protocolo, e a minha oposição na Junta de Freguesia diz que peca por tardio e obviamente que eu não posso assinar um protocolo antes de estar aprovado na Assembleia Municipal esta verba para despesas de capital, e só a partir de agora é que eu o posso fazer. É sempre dinheiro bem-vindo e este dinheiro tem dado muito jeito.

Foi levantada aqui uma questão que é pertinente. Este dinheiro que vem para despesas de capital, eu levo-o efectivamente para despesas de capital e na maior parte dos anos até ultrapassa porque vou buscar dinheiro que tenho para as despesas correntes e invisto em despesas de capital. Todos os anos o dinheiro que me vem da Câmara Municipal para investimentos em capital, eu supero sempre isso e todos os anos o faço e este ano é a exceção também. A União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca recebe vinte e dois mil euros e eu já tenho neste momento obras para fazer em três povoações que vão rondar os trinta e cinco mil euros e habitualmente as despesas de capital ultrapassam sempre este montante.

A questão das limpezas dos caminhos e dos estradões. Eu já há dois anos, por exemplo, contrato uma empresa que também tem trabalhado para a Câmara Municipal para limpar alguns caminhos agrícolas, particularmente aqueles mais extensos, porque os outros mais pequenos o pessoal da Junta fá-los. Já há dois anos que faço esta parte e este ano vou continuar a fazê-lo e gasto sempre cerca de quatro mil euros.

Uma coisa é certa, e todos os Presidentes de Junta sabemos que é assim, e aquilo que o Presidente da Câmara Municipal disse há pouco é uma grande verdade, as pessoas estão cada vez mais exigentes, e acho que isto é geral em todas as Freguesias e em todas as povoações. E também é verdade que já há um tempo a esta parte ninguém, contrariamente àquilo que se passava há uns anos atrás, limpa seja o que for em caminhos agrícolas, salvo um caso ou outro, mas que são casos muito raros. Habitaram-se que a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia é que tem de fazer esse serviço, e ninguém lança mão a nada. É assim

que as coisas se estão a passar há já uns anos a esta parte. Mas também é uma grande verdade que isto tem-se vindo a agravar porque as matas arderam e algumas propriedades que possivelmente seriam agricultadas deixaram de o ser, e são muito poucas as que são agricultadas hoje.

Não é que os caminhos em si tenham grandes problemas de ervas para limpar, o problema não é esse, o problema é outro. O problema é que a maior parte da vegetação que está nos caminhos agrícolas vem exatamente dos terrenos dos proprietários. Todos nós sabemos que é assim porque assistimos a isso, mas, é como digo, ninguém limpa nada.

Essa sugestão que o Sr. Presidente da Câmara Municipal lançou, acho que é uma boa sugestão a repensar e a assentar. Se calhar, é preciso sentar-se um grupo de duas, três ou quatro Freguesias para não estarmos sempre a ter que lançar mão de uma empresa para nos limpar os caminhos ou tentar-se solicitar à Câmara para me ir limpar alguns caminhos e também os estradões. Se calhar, é uma boa ideia para o futuro porque os Presidentes de Junta não vão ter eternamente pequenas obras para fazer todos os anos. Nós vamos chegar a um ponto que vamos deixar de ter essas obras pequenas. Se calhar é altura para repensarmos um bocado isto e fazer uma pequena associação interfreguesias em que se podem agrupar duas, três ou quatro Freguesias e investir, por exemplo, num operador de máquina ou numa máquina que possa dar resposta a estas questões que vão continuar, seja lá o Presidente de Junta que vier. Isto vai continuar para o futuro e cada vez pior. Enquanto não vier um incêndio que pura e simplesmente, como foi o último, varra isto tudo. Este problema vai ser premente e vai continuar e quem quiser continuar a candidatar-se a uma Junta de Freguesia, podem ter a certeza, que lhes vai cair pela porta todas estas questões. Estas e outras.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção será um bocadinho controversa: Se nós pugnamos pelo turismo nas regiões do interior, se pugnamos pelo turismo nas aldeias que têm algum interesse, não podemos falar de forma fácil nesta situação. Primeiro, teremos que saber quais são os estradões principais onde a Câmara Municipal poderá intervir e Alvôco das Várzeas não tem problemas nenhuns mediante o subsídio que lhe é dado de resolver todo o resto do problema. Em termos de limpeza das ruas envolventes à Freguesia de Alvôco das Várzeas e à anexa

Parente, já gastámos cerca de cinco mil euros. Só na limpeza das ruas e já limpámos as ervas nas ruas quatro vezes.

Em relação aos caminhos florestais nós temos três caminhos florestais que estão cortados. Os caminhos estão identificados e foi feita uma comunicação à Câmara Municipal, o Prof. Daniel Dinis também tem esse conhecimento.

Não será aqui que esta proposta do Sr. Presidente da Câmara vai ser definida e faremos uma reunião para sabermos quais são os estradões principais.

Alvôco das Várzeas tem muitas quintas e temos que saber quais são os caminhos particulares e quais são os públicos porque se não forem públicos a Junta de Freguesia não limpa. A Freguesia de Alvôco das Várzeas tem poucos habitantes mas tem uma extensão muito grande e tem grandes problemas com proprietários que nos vêm dizer para limparmos caminhos.

Temos muitos caminhos florestais e alguns deles vão para proprietários que ainda cultivam e tratam das suas propriedades florestais e esses necessitam de ser arrançados. Há alguns que já falei com o Prof. Daniel Dinis e com o Sr. Presidente, nomeadamente do caminho que vai para a Praia Fluvial do lado de lá do Barreiro.

Depois temos as nossas levadas e felizmente que tivemos esta candidatura que nos permitiu arranjar a levada da margem direita, e também temos que agradecer o apoio que a Câmara Municipal nos deu, especialmente a Eng.^a Teresa Dias porque foi ela que conduziu o processo mas agora temos a levada da margem esquerda que temos que andar a limpar.

Com as últimas intempéries a Freguesia de Alvôco das Várzeas ficou muito danificada. Eu já tenho dito, e continuo a dizer, estou na eminência de deixar a minha Freguesia pior do que a encontrei.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a limpeza das ruas da Moenda porque a Junta de Freguesia não tinha capacidade para fazer aquelas limpezas.

Estamos disponíveis também para colaborar e já estou como o Presidente da União das Freguesias do Ervedal e Vila Franca da Beira, em despesas de capital já gastámos mais que dez mil euros e também já gastámos outros dez mil euros de despesas correntes e sinalizamos tudo isso. A Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas está disponível para colaborar nesse projeto que o Presidente tem.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Penso que a limpeza dos caminhos e estradões é um problema transversal a todas as Juntas de Freguesia e neste momento é um grande problema para a Freguesia de Meruge porque a Junta não tem nenhum funcionário. Para colocar um funcionário tenho que abrir um concurso público e tinha que ser muito limitado porque para colocar lá um funcionário que depois não sabe pegar no motosserra, não sabe pegar no trator, e estar-lhe a pagar é um bocado complicado. Na maior parte das vezes sou eu que pego no trator e ando com a capinadeira para ir resolvendo algumas situações.

Neste momento trago lá uma empresa a limpar as bermas das estradas porque as pessoas quando chega esta altura cuidam de nos matar. Mas ninguém limpa nada e estão à espera que seja a Junta a fazer tudo. Todos os anos recorro a uma ou duas empresas para fazer a limpeza nos caminhos. No ano passado gastei quatro mil e novecentos euros e este ano vai outra vez para o mesmo valor e, por isso, isto é um problema.

Antigamente tínhamos os cantoneiros que limpavam e também é verdade que não tínhamos os caminhos que temos hoje.

Penso que no futuro o Sr. Presidente da Câmara Municipal vai conseguir ajudar-nos mais e penso que quando isto começar a entrar numa rotina que já conseguem dar uma ajuda maior.

Temos que ir fazendo aquilo que vai sendo possível e o ideal seria a Câmara Municipal ter um funcionário afeto a cada uma das Freguesias porque isso ajudava-nos bastante.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Os meus camaradas Presidentes de Junta de Freguesia já esgotaram aquilo que eu poderia dizer. Poderei acrescentar que na minha Freguesia a limpeza de estradões é muito complicada porque existem mais de dez estradões.

Estou solidário e acho a ideia brilhante mas o problema vai ser quem é que vai fazer porque não conseguirmos pessoas para executar. Se o estradão for direito agora com o nosso brinquedo a minha Junta de Freguesia já consegue limpar. Mas para limpar todos os estradões isso está fora de questão.

Entendo que uma associação de Juntas de Freguesia seria uma boa medida e nós também estamos disponíveis.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Dado que se criou este pretexto associado à desertificação, que é dos maiores desafios que nós temos, decorre que temos um território abandonado, um território sem dono na maioria das vezes, um território onde o estado é, por vezes, um grande proprietário e nem sequer sabe o que lhe compete gerir e tratar. Isto é um grande problema para nós mas é também um grande problema de responsabilidade nacional e com grande dificuldade poderão os Municípios ou Juntas de Freguesia fazer face a esta calamidade, principalmente nós que temos territórios inteiros que são agora autênticos cemitérios de árvores.

Eu ando maioritariamente pela Freguesia de Aldeia das Dez, pela Freguesia de Alvôco das Várzeas, pela Freguesia de Avô e é medonho porque passamos num dia e dois dias depois temos que estar a arredar mais pinheiros. Não há movimento suficiente para haver a iniciativa dos proprietários ou de quem lá passa tirar o que quer que seja.

Os meus muitos parabéns à ideia do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Parece-me uma ideia excelente. Até corria o risco de a baptizar como o Piquete dos Caminhos Florestais.

Não tenho a certeza se o caminho ideal seja através de cada Junta de Freguesia mas aquilo que me pareceram as palavras do Sr. Presidente, seria extraordinário conseguir utilizar mão-de-obra que existe em cada Freguesia, pessoas com recursos como tratores e motosserras, que possam ser chamados sempre que seja necessário arredar uns pinheiros ou limpar umas mimosas.

Parece-me que há aqui um pequeno problema, nomeadamente como se irá pagar a estas pessoas, porque nem todas elas poderão apresentar recibos mas provavelmente um Programa Municipal, uma estrutura missão, com o grande apoio das Juntas de Freguesia para identificar e seleccionar os interessados em cada território, em cada anexa, em cada monte, que estejam disponíveis para ser chamados e ir limpar o local.

Muitos parabéns pela ideia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta preocupação dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia é também a minha preocupação. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco disse,

e bem, é preciso primeiro definir em todas as Freguesias quais são os estradões da responsabilidade da Câmara Municipal. Isso é fundamental.

Depois há uma nota que vos quero dar: O Governo fez uma Lei muito bem feita, que vai sair, sobre as limitações da Contratação Pública nos concelhos de baixa densidade populacional onde se integra o Concelho de Oliveira do Hospital. Esta Lei da Contratação Pública era um disparate completo em termos de limites. Esta alteração da Lei pode-nos facilitar a Contratação Pública.

Este subsídio que estamos a aprovar é para despesas de capital e no que diz respeito à limpeza dos caminhos há aqui um problema legal. A limpeza dos caminhos é uma despesa de capital ou é uma despesa corrente? Há primeira vista parece que é uma despesa corrente mas temos que fazer uma análise da legalidade porque é preciso ver os passos que damos.

A limpeza dos caminhos e estradões é um tema difícil, como também disse o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, mas o que era importante era definirmos bem quais são os estradões da responsabilidade da Câmara Municipal. As equipas da Câmara Municipal têm alguns meios mas precisamos de uma planificação, que dever ser feita em conjunto com os Srs. Presidentes de Junta, para que as coisas fiquem claras.

Também percebo que haja Presidentes de Junta que já tivessem estas verbas alocadas para determinadas obras que estavam nos seus Planos e Orçamentos e, por isso, isto tem que ser objeto de uma negociação séria entre todos.

Também gostei da intervenção do Deputado André Pereira porque é uma intervenção de quem conhece o território.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações - Investimentos de Capital 2020, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de

todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2019.

Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2019.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de fazer a apresentação destes Pontos dou aqui uma notícia à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira porque acabei de receber uma mensagem do Sr. Presidente das Águas de Lisboa e Vale do Tejo a dizer que a situação da variante do Seixo está desbloqueada e na próxima semana a Águas de Lisboa e Vale do Tejo vai finalmente fresar a estrada e colocar alcatrão todo novo.

Sobre as contas há pouco a dizer ou poderá haver muito, depende da perspetiva de cada um, como vocês sabem.

De forma muito sintética gostaria de dar esta nota. Definiria as contas com poucas palavras: Maior receita de sempre, com o saldo de gerência somado, sem ter alocado nenhum empréstimo; Sustentabilidade financeira; Rigor; Transparência; Diminuição da dívida; E um dos princípios que tem sido sempre adotado por mim, um saldo positivo entre a receita e a despesa.

Tenho aqui um documento da Direção Geral das Autarquias Locais com os prazos de pagamento que são publicados de três em três meses: Tínhamos terminado a 31 de dezembro de 2018 com o prazo de pagamento a nove dias e a 31 de dezembro de 2019 o nosso prazo de pagamento é de oito dias.

As nossas contas têm muito a ver com a captação das receitas externas sobretudo do Quadro Comunitário. As transferências do FEF foram de sete milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e três euros.

Depois há aqui outra coisa positiva: As despesas correntes que são de três milhões, trezentos e quarenta e um mil euros, e transformámos as despesas correntes em despesas de capital.

Não mandamos nas nossas contas porque, por exemplo, somos obrigados a cumprir com as valorizações salariais que o Governo faz e também há uma série de injustiças que a Associação Nacional de Municípios não conseguiu resolver relativamente à ADSE até porque há meses em que as despesas de saúde são muito elevadas. Neste momento a massa salarial da Câmara

Municipal tem quase cinco milhões de euros de despesa total. Temos um FEF de cerca de sete milhões de euros e temos que ter algum controle na admissão de pessoal e, por isso, é que não defendo aumentar, neste momento, as equipas e acho que deveremos até reduzir a massa salarial através destas reformas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Passei os olhos pelas contas e há aqui uma série de coisas nomeadamente de onde vem o dinheiro e onde se gasta o dinheiro rubrica a rubrica.

Contas, são contas. Valores, são valores. Os números que aqui estão em cada rubrica, quer nas receitas, quer nas despesas, obviamente, estão suportados através de documentos da contabilidade da Câmara Municipal.

O que me apraz dizer sobre as contas deste ano de 2019 é uma coisa muito simples e muito breve: Registo que quando olhamos para o volume total dos recebimentos, quer seja recebimentos em receitas correntes, quer seja recebimentos em receitas de capital, e vemos qual é o total final disso.

Depois, quando olhamos para a parte dos pagamentos e olhamos para as despesas orçamentais. Despesas correntes são despesas correntes, nomeadamente despesas com o pessoal e tantas outras que há.

Depois temos em despesas de capital no ano de 2019 perto de seis milhões de euros.

Totaliza tudo isto um número simpático porque eu nunca cá vi um número assim e, por isso, para mim é simpático. Quando vejo um exercício de um ano a ter montantes totais de perto de vinte e um milhões de euros, para mim, é um número extremamente simpático que nunca vi e já ando aqui há uns anos. Já fui, durante oito anos, Vereador da Câmara Municipal, já fui, durante oito anos, Deputado Municipal, estou, vai quase para doze anos, como Presidente da Junta de Freguesia, e nunca vi nada parecido a isto. Por isso é que pedi ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para nos elencar o valor das obras.

Seguramente daqui a um ano estaremos a analisar as contas de 2020 e tenho esperança que vamos ter números também simpáticos.

Vou votar favoravelmente estas contas porque refletem exatamente qual é a realidade da Câmara Municipal. Também olho para o saldo de gerência, que transitou do ano de 2019 para o ano de 2020, na ordem dos dois milhões e quinhentos mil euros. A Câmara Municipal não tem dívidas substanciais a fornecedores.

Acho que temos uma Câmara Municipal que está a trabalhar muito bem porque quando se apresentam números destes, execuções destas, e quando se tem um saldo que transita de um ano para o outro deste montante, e quando temos a perspetivação das obras, umas já estão adjudicadas e vão arrancar, e outras que irão ser adjudicadas, e as participações financeiras para as obras estão asseguradas, o que é importante.

Portanto, as perspetivas são boas. Vamos ter obras e temos programas financeiros a suportar essas obras e, contra factos, não há argumentos.

Eu estranho muito o silêncio do PSD e do CDS. Pelos visto, ninguém se inscreveu para dizer, aqui, uma única palavra! O que é que isto querará dizer? Querará dizer que lhes custa dizer ao Executivo Camarário que estão a fazer um excelente trabalho no Concelho de Oliveira do Hospital e que eles têm alguns pruridos para vir aqui dizer e reconhecer isto. Será que é esse o problema deles?

Meus amigos, na política temos que ser sérios e temos que criticar quando efetivamente há matéria para criticar, e eu sempre fui assim nesta Assembleia Municipal, e temos momentos que temos que aplaudir e dizer a quem de direito que está a fazer um grande trabalho para os Oliveirenses, mas para isso é preciso coragem política que é coisa que vocês não têm.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação ao relatório da BDO, como vocês todos leram, e, por isso, penso que ninguém mais se inscreveu porque leram esta documentação e estão cientes dela. Compreenderam-na e estão de acordo. Esta documentação é de fácil leitura, compreende-se facilmente, e naturalmente que deram um acordo tácito.

Quanto ao relatório da BDO o que eu vos queria dizer é o seguinte: Ele é claramente explícito, aprova as contas, diz que os resultados estão corretos. Põe aqui um reparo na inventariação do imobilizado e imobilizações corpóreas, mas também diz que estamos a ultrapassar essa situação e que melhorou. Ou seja, há um grande esforço da Câmara Municipal e da equipa que trabalha nesta área quanto ao imobilizado e imobilizações corpóreas e as demonstrações financeiras e os resultados transitados mostram isso.

Quanto ao relatório de gestão há uma coisa que eu vos queria dizer e também compreendo porque é que os Deputados não têm dúvidas nem questões para fazer. Habitúmo-nos a esta gestão da Câmara Municipal, desde o primeiro mandato em 2029. Os resultados refletem a gestão objetiva, clara e isenta da

Câmara Municipal. Li este relatório de gestão com todo o cuidado e votaria a favor mesmo sem o ler porque sei que a gestão da Câmara Municipal é uma gestão correta.

Há aqui uma coisa que no ano de 2019 foi clara, foi a melhoria do investimento apesar dos problemas que nós tivemos, os incêndios de 2017, os problemas das tempestades que nos assolaram e o que está a acontecer atualmente com a pandemia Covid-19. Isto significa que há uma gestão criteriosa dos dinheiros públicos.

Dar-vos também nota do seguinte: A Câmara Municipal tem-se dotado de competência técnicas capazes de responder às novas solicitações. Vivemos num mundo novo e a Câmara Municipal tem acompanhado estas mudanças.

As receitas da Câmara Municipal estão quase nos vinte milhões de euros e as despesas quase nos dezoito milhões de euros. As receitas de capital e as despesas de capital têm neste momento um impacto significativo, como também já foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

As transferências correntes do Orçamento de Estado e do Fundo de Equilíbrio Financeiro mantiveram-se mais ou menos constantes.

O que aqui aconteceu e a Câmara Municipal teve o engenho e a arte de conseguir captar foram Fundos Europeus no Programa Portugal 2020 e outros fundos que vinham de outros Programas Europeus e, por isso, há que realçar o trabalho da Câmara Municipal.

O rácio de endividamento da Câmara Municipal fixa-se em 46,85 %, por isso, sem alteração significativa. O rácio de solvabilidade total é de 113,46 %, e está muito acima dos 100 % e nos dá garantias de uma gestão correta e adequada da Câmara Municipal.

O resultado líquido da Câmara Municipal situa-se em cento e onze mil, setecentos e oitenta e três euros e setenta cêntimos, ligeiramente inferior ao ano de 2018 mas, mesmo assim, com bastante significado e é um resultado positivo. Se estivessemos a falar de uma empresa privada, embora a Câmara Municipal seja de carácter público e está aqui para servir os Municípios, é uma empresa bem gerida. Se analisarmos também os rácios económicos EBIT e EBITDA eles são claramente positivos e demonstram claramente uma boa gestão da Câmara Municipal.

Também queria realçar que a gestão da Câmara Municipal tem sido feita para os Municípios e não tem sido feita à custa dos Municípios. É de realçar a grande preocupação nas prestações sociais e na adequação às realidades e na maior aproximação à área social.

Naturalmente que vamos aprovar os resultados da Câmara Municipal no valor de cento e onze mil, setecentos e oitenta e três euros e setenta cêntimos, de onde são extraídas as reservas legais de 5 % e, por isso, o resultado final fica em cento e seis mil, cento e noventa e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos. A Câmara Municipal geriu bem o ano de 2019 e acredito que está a fazer melhor em 2020 e tenho a certeza que podemos garantir esta gestão nos próximos mandatos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2019, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2019, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim da Ordem do Dia. Foi uma reunião longa e na minha perspetiva acho que correu bem. Houve debate político em algumas matérias e a postura dos partidos que constituem a oposição é reveladora de uma aprovação implícita à prestação de contas do município, e ainda bem que assim é.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A Assembleia Municipal agradece à Casa da Obra Dona Josefina da Fonseca a disponibilização desta sala que nos permitiu a realização da reunião em condições compatíveis com as normas e recomendações de luta contra a propagação do Covid.

Se tudo correr dentro do normal voltaremos a ver-nos em setembro.

Quero desejar-vos que tudo continue bem convosco e com as vossas famílias e que no nosso Concelho não tenhamos mais nenhuma perda humana e que tenhamos capacidade de responsabilmente contribuir para que a vida vá retomando a normalidade.

Desejo que as atividades económicas também possam fazer o seu caminho porque são imprescindíveis à qualidade de vida que nós tanto prezamos.

Desejo também que o nosso Executivo continue e poder dar o suporte que lhes compete. Também foi para isso que foram eleitos, e a verdade é que têm desempenhado bem a sua obrigação.

Agradeço a vossa participação nesta Assembleia Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar uma palavra de agradecimento a todas as forças políticas aqui presentes que também reconheceram o esforço conjunto para recuperar a vitalidade do nosso Concelho após as catástrofes que nos atingiram, nomeadamente os incêndios, as tempestades e agora a pandemia Covid-19. Quero agradecer a todas as forças políticas, é um agradecimento sincero, porque perceberam as dificuldades que este Executivo tem tido derivado a estes desafios mas penso que com o trabalho de todos tem sido possível e o Concelho também vive da oposição que nos faz andar para a frente.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Como Presidente da Assembleia Municipal também quero agradecer a forma elevada como a nossa reunião decorreu.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital

- Página 77 -

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
